



**INSTITUTO FEDERAL DE BRASÍLIA CAMPUS BRASÍLIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E
TECNOLÓGICA**

KHAYLA GOMES DOS SANTOS

**CONCEPÇÕES DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA SESDF ACERCA DE
QUESTÕES RACIAIS COMO BASE PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA**

Brasília

2025

KHAYLA GOMES DOS SANTOS

**CONCEPÇÕES DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA SESDF ACERCA DE
QUESTÕES RACIAIS COMO BASE PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO
ANTIRRACISTA**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica, ofertado pelo *campus* Brasília do Instituto Federal de Brasília, como parte dos requisitos para a obtenção do título de Mestra em Educação Profissional e Tecnológica.

Orientador: Prof. Dr.: Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues.

Brasília
2025

S237 Santos, Khayla Gomes dos.
Concepções dos (as) trabalhadores (as) da SESDF acerca de questões raciais como base para uma proposta de educação antirracista. / Khayla Gomes dos Santos. – Brasília, 2025.
92 f. : il. color.

Orientador: Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues.

Dissertação (Mestrado) – Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília, Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica, 2025.

1. Racismo revitimizador. 2. Racismo estrutural. 3. Racismo institucional. 4. Educação antirracista. 5. Equidade racial. I. Rodrigues, Rodrigo Soares Guimarães. (orient.). II. Instituto Federal de Brasília. III. Título.

CDU 323.14:37

Ficha catalográfica elaborada com os dados fornecidos pela autora.

 <p>INSTITUTO FEDERAL Brasília Campus Brasília</p>	<p>Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília – Campus Brasília</p> <p>Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica</p>
--	--

ATA DE DEFESA PÚBLICA DE DISSERTAÇÃO DE MESTRADO

CONCESSÃO DO TÍTULO DE MESTRE (A) EM EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

No dia 10 de Janeiro de 2025, às 09h, no Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília, localizado na SGAN 610, Brasília, ocorreu a defesa pública da dissertação da Mestranda Khayla Gomes dos Santos, intitulada “CONCEPÇÕES DOS (AS) TRABALHADORES (AS) DA SESDF ACERCA DE QUESTÕES RACIAIS COMO BASE PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA” Na ocasião, reuniram-se os membros da banca examinadora composta pelos professores: Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues (presidente e orientador), Dr. Thiago de Faria e Silva (membro interno) e Dr. Fernando Santos Sousa (membro externo), a fim de argüirem a mestranda. Aberta a sessão pelo presidente, coube à candidata, na forma regimental, fazer a defesa da sua dissertação dentro do tempo regulamentar, sendo em seguida, questionada pelos membros da banca examinadora, tendo dado as explicações necessárias. Os membros da banca consideraram a dissertação:


(X) Aprovada.

() Não aprovados, devendo ser realizada nova defesa no prazo de ___ dias.


Observações/Recomendações:

Banca Examinadora:


Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues (presidente e orientador)

 Documento assinado digitalmente
RODRIGO SOARES GUIMARAES RODRIGUES
Data: 30/01/2025 18:32:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Thiago de Faria e Silva (membro interno)


 Documento assinado digitalmente
THIAGO DE FARIA E SILVA
Data: 30/01/2025 08:09:14-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Dr. Fernando Santos Sousa (membro externo)

 Documento assinado digitalmente
FERNANDO SANTOS SOUSA
Data: 29/01/2025 10:26:00-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Prof. Dr. Mateus Gianni Fonseca (suplente)

Mestranda: Khayla Gomes dos Santos

 Documento assinado digitalmente
KHAYLA GOMES DOS SANTOS
Data: 04/02/2025 21:48:05-0300
Verifique em <https://validar.iti.gov.br>

Brasília, 10 de janeiro de 2025.

Dedico este trabalho a toda a minha família e a todas as pessoas especiais que passaram pela minha vida e me apoiaram, torceram, vibraram e se alegraram com as minhas conquistas.

AGRADECIMENTOS

A Deus, por me guiar e me fortalecer nos momentos difíceis, de dúvidas e desafios, iluminando o meu caminho em cada etapa da minha jornada, me fortalecendo a cada dia e me fazendo superar limites e quebrar padrões limitantes.

Em memória do meu pai José e da minha irmã Deuzenir, que continuam vivos em meu coração e inspiram-me nos momentos mais inusitados da vida.

Aos meus familiares, em especial ao meu esposo Eduardo e às minhas filhas Maria Eduarda e Emanuelle, pela companhia que me reconstrói, me fortalece e me inspira sempre que preciso. Obrigada pelo apoio e amor incondicional, que foram fundamentais para que eu pudesse continuar firme nesta trajetória.

À minha mãe que é a minha inspiração de paz neste mundo e aos meus queridos irmãos que me apoiaram em diversos momentos da minha existência. Jamais esquecerei da solidariedade e do amor dispensados a mim.

Ao meu admirável orientador Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues, por ter me escolhido e me orientado com imensa maestria, generosidade e dedicação. Obrigada por compartilhar comigo momentos, conhecimentos e experiências que contribuíram significativamente para o meu crescimento acadêmico e pessoal e para a concretização desta etapa tão importante da minha vida.

Ao IFB *campus* Brasília e a todos os professores(as) e colegas de turma pelas valiosas experiências e contribuições, pela parceria e companheirismo e por tornarem essa jornada mais rica e mais leve.

Aos(às) participantes da pesquisa que, gentilmente, contribuíram durante as fases de coleta de dados e aplicação do produto educacional. Minha mais sincera gratidão!

Aos membros da banca, pelas contribuições valiosas e por dedicarem seu tempo para a avaliação deste trabalho final.

A todos(as) vocês, muito obrigada!

*Nos hospitais onde trabalhei durante e após os meus estudos, era comum ser confundida com a senhora da limpeza, e por vezes os pacientes recusavam-se a ser vistos por mim ou a entrar na mesma sala e ficar a sós comigo. **Grada Kilomba, 2019.***

*O racismo é uma imoralidade e também um crime, que exige que aqueles que o praticam, sejam devidamente responsabilizados. **Silvio de Almeida, 2020.***

RESUMO

O racismo é um sistema de opressão estrutural que se apresenta na sociedade e nas instituições por meio de práticas de preconceito e discriminação racial que trazem desigualdades e desvantagens à população negra, sujeitando-a ao adoecimento, à maiores taxas de mortalidade, à exploração, dominação e opressão social (Almeida, 2020; Brasil, 2009; 2020; SILVA, 2021). Diante disso, esta pesquisa foi pensada dentro do programa de Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica (EPT) do Instituto Federal de Brasília (IFB), a partir do macroprojeto 6 (Organização de Espaços Pedagógicos em EPT) e linha de pesquisa 2: Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT. O objetivo deste estudo foi investigar como os profissionais da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SESEDF) concebem as questões raciais, identificando possíveis manifestações de racismo nesta instituição e a partir dos resultados obtidos, utilizá-los para orientar uma proposta de educação antirracista para os trabalhadores da área da saúde. Metodologia: Pesquisa exploratória, com abordagem mista. A coleta de dados foi realizada a partir de um questionário socioeconômico e da aplicação da Escala de Racismo Revitimizador (ERR) (Lima et al., 2020). A pontuação mínima total desta escala é 10 e a máxima é 50. Quanto maior a pontuação, maior o nível de expressão do racismo. Com base nessa informação, foi calculada no Statistical Package for the Social Sciences (SPSS), a pontuação final na ERR de cada participante e a média final das categorias criadas pela pesquisadora. Resultados: 71 pessoas responderam à pesquisa, sendo 67,6% do sexo biológico feminino e 32,4% do sexo masculino. 59,2% se autodeclararam como negras (46,5% pardas e 12,7% pretas) desses, 28,6% responderam que já sofreram racismo nos ambientes da SESEDF. 88,9% dos participantes não se consideram racistas, entretanto, 73,7% informam que já presenciaram situações de racismo dentro das unidades da SESEDF. 74,6% responderam que o número de pessoas negras em cargos de gestão na SESEDF é inferior ao esperado, considerando o total de pessoas negras na instituição e na população. Os homens obtiveram maior pontuação na ERR (\bar{x} =24,26) que as mulheres (\bar{x} =18,69). Observou-se também uma relação diretamente proporcional entre os índices de racismo e a idade e uma relação inversamente proporcional entre a média na ERR e a escolaridade. A categoria religiosa com a maior pontuação foi a que se autodeclarou como sendo de outras religiões (\bar{x} =25,80) seguidos pelos evangélicos (\bar{x} =22,58) e católicos (\bar{x} =21,72). Em relação ao espectro político, as maiores médias de pontuações foram encontradas dentro dos espectros políticos de direita, sendo que a única pessoa que se autodeclarou como sendo de extrema direita atingiu a pontuação máxima na ERR (50 pontos), seguido pelo espectro de centro direita (\bar{x} =28) e direita (\bar{x} =24). A pontuação média geral da ERR na amostra estudada foi de 20,49. Conclusão: Os resultados sinalizaram a existência de manifestações racistas na SESEDF e a relação entre dados socioeconômicos e racismo, evidenciando que ainda há espaços para investimentos educacionais com o objetivo de diminuir os índices de racismo nessa população.

Palavras-chave: Racismo Revitimizador, Racismo Estrutural, Racismo Institucional, Educação Antirracista, Equidade Racial.

ABSTRACT

Racism is a system of structural oppression that occurs in society and institutions through practices of prejudice and racial discrimination that bring inequalities and disadvantages to the black population, subjecting them to illness, higher mortality rates, exploration, domination, and social oppression (Almeida, 2020; Brasil, 2009; 2020; SILVA, 2021). In view of this, this research was conceived within the Professional Master's program in Professional and Technological Education (EPT) of the Federal Institute of Brasília (IFB), based on macroproject 6 (Organization of Pedagogical Spaces in EPT) and research line 2: Organization and Memories of Pedagogical Spaces in EPT. The objective of this study was to investigate how professionals from State Department of Health of the Federal District (SESDF) conceive of racial issues, identifying possible manifestations of racism in this institution and, based on the results obtained, use them to guide an anti-racist education proposal for health workers. Methodology: Exploratory research with a mixed approach. Data collection was carried out using a socioeconomic questionnaire and the Revictimizing Racism Scale (ERR) (Lima et al., 2020). The minimum total score on this scale is 10 and the maximum is 50. The higher the score, the greater the level of expression of racism. Based on this information, the final ERR score for each participant and the final average of the categories created by the researcher were calculated in Statistical Package for the Social Sciences (SPSS). Results: 71 people responded to the survey, 67.6% of them were female and 32.4% were male. 59.2% declared themselves as black (46.5% brown and 12.7% black); of these, 28.6% responded that they had already experienced racism in SESDF environments. 88.9% of participants do not consider themselves racist; however, 73.7% reported that they had already witnessed racist situations within SESDF units. 74.6% responded that the number of black people in management positions at SESDF is lower than expected, considering the total number of black people in the institution and in the population. Men obtained a higher score in the ERR ($\bar{x} = 24.26$) than women ($\bar{x} = 18.69$), a directly proportional relationship was also observed between racism rates and age and an inversely proportional relationship between the average in the ERR and education level. The religious category with the highest score was that which self-declared as being of other religions ($\bar{x} = 25.80$) followed by evangelicals ($\bar{x} = 22.58$) and Catholics ($\bar{x} = 21.72$). Regarding the political spectrum, the highest average scores were found within the right-wing political spectrum, with the only person who self-declared as being far-right achieving the maximum score on the ERR (50 points), followed by the center-right ($\bar{x} = 28$) and right-wing ($\bar{x} = 24$) spectrum. The overall average ERR score in the sample studied was 20.49. Conclusion: The results indicated the existence of racist manifestations in the SESDF and the relationship between socioeconomic data and racism, evidencing that there is still room for educational investments with the aim of reducing the rates of racism in this population.

Keywords: Revictimizing Racism, Structural Racism, Institutional Racism, Antiracist Education, Racial Equity.

LISTA DE QUADROS

QUADRO 1. Quadro de coerência da pesquisa	21
QUADRO 2. Pesquisa bibliográfica por descritores sem recorte temporal e sem filtros.....	24
QUADRO 3 - Pesquisa bibliográfica por descritores com recorte temporal dos últimos 5 anos	25
QUADRO 4 - Pesquisa bibliográfica por descritores com critérios pré-selecionados.....	27
QUADRO 5 - Resultados por descritores após estabelecimentos de critérios de exclusão.....	28
QUADRO 6 - Tipos de publicações analisadas	28
QUADRO 7 - Artigos de periódicos analisados	29
QUADRO 8 - Dissertações e teses analisadas	29
QUADRO 9 - Quadro de coerência do produto educacional	63

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Características da amostra	55
Tabela 2 – Pontuação na ERR por sexo	58
Tabela 3 – Pontuação na ERR por idade.....	59
Tabela 4 – Pontuação na ERR por religião.....	60
Tabela 5 – Pontuação na ERR por espectro político.....	61
Tabela 6 – Pontuação na ERR por escolaridade.....	62

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Publicações por base de dados	24
Gráfico 2 – Publicações por palavras-chave	25
Gráfico 3 – Publicações por palavras-chave com recorte temporal	26
Gráfico 4 – Autodeclaração cor/raça da amostra.....	56
Gráfico 5 – Espectro político da amostra.....	60

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

COFEN - Conselho Federal de Enfermagem

ERR - Escala de Racismo Revitimizador

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

IFB - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Brasília

MS - Ministério da Saúde

PNSIPN - Política Nacional de Saúde Integral da População Negra

SESEDF - Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal

SUS - Sistema Único de Saúde

TCLE - Termo de consentimento Livre e Esclarecido

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. REFERENCIAL TEÓRICO.....	23
2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE QUESTÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ANTIRRACISTA.....	23
2.2 SÍNTESE E DISCUSSÃO SOBRE O ESTADO DO CONHECIMENTO.....	30
2.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA	37
3. PERSPECTIVA METODOLÓGICA.....	49
4. ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES).....	54
5. PRODUTO EDUCACIONAL.....	62
6. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	67
REFERÊNCIAS.....	71
APÊNDICE A - PRODUTO EDUCACIONAL.....	79
ANEXO I - TERMO DE ESCLARECIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO.....	82
ANEXO II - QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO.....	85
ANEXO III - ESCALA DE RACISMO REVITIMIZADOR.....	88
ANEXO IV - QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL..	90

APRESENTAÇÃO

Enquanto mulher negra, sou uma entre milhões de protagonistas que vivenciaram episódios de racismo no imenso cenário brasileiro onde o nó dialético gênero, raça e classe (Sousa, 2023), amarra e marginaliza a população negra em todas as fases e sentidos da vida. Romper barreiras criadas por esse nó dialético, não é fácil e nem deveria ser necessário. Francamente, essas barreiras nem deveriam existir. No entanto, a realidade nos confronta, provando que ainda existem muitos obstáculos exclusivos ao longo da vida da população negra; entraves que só os negros vivenciam e isso nos desafia a lutar contra essa realidade. Nessa conjuntura, falar sobre as questões raciais é, inevitavelmente, falar sobre mim, mas, falar também sobre milhares de pessoas que não têm voz e nem vez. Assim sendo, discorrer sobre esse tema que está estreitamente relacionado à minha trajetória, é um imenso prazer e também uma necessidade e um compromisso.

Meus primeiros contatos com o racismo foram na escola, porém, nesse período eu não sabia reconhecê-lo por falta de informações. Fui reconhecer o racismo de forma consciente após a maioridade, no mercado de trabalho durante os processos seletivos, onde tive que ouvir por diversas vezes a clássica frase: Não temos vagas para seu perfil. Após concluir a graduação em enfermagem, decidi que seria servidora pública, pois o método de avaliação seria um concurso público no qual ninguém poderia me dispensar com base nas minhas características fenotípicas.

Como havia decidido, fui aprovada em concurso público, primeiro em cargo de nível médio, onde tudo parecia normal e adequado para uma pessoa negra, e depois em cargo de nível superior, onde fui estrangida em diversos momentos enquanto Enfermeira de Família e Comunidade, cargo para o qual fui aprovada. Nesse período, pude perceber o quanto as pessoas têm dificuldade de aceitar uma pessoa negra num cargo público de nível superior. Lembro-me que quando apresentei-me numa unidade onde fui lotada, me perguntaram se eu era técnica em enfermagem, auxiliar de enfermagem ou Agente Comunitário de Saúde (ACS) e eu respondi não para todas as perguntas. Então a pessoa me perguntou: Você é o que então? Eu respondi: Sou Enfermeira de Família e Comunidade. A pessoa inconformada com a minha resposta, ainda teve a audácia de perguntar: Tem certeza? Naquele

momento, extremamente constrangida, pensei: Desta vez, ninguém poderá dizer que não tem vaga para o meu perfil. Infelizmente, nós negros, temos que lidar com pessoas que não reconhecem e não aceitam nossos direitos e conquistas.

Essas atitudes revelam a presença do racismo nas relações entre trabalhadores e a necessidade de implementação de políticas antirracistas na sociedade e no SUS, como, por exemplo, a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) e o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras do Sistema Único de Saúde (SUS), os quais foram desenhados para o enfrentamento ao racismo nos ambientes onde se produz saúde.

Enquanto enfermeira e trabalhadora do SUS, atuando na Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal, nunca ouvi falar sobre esses dois dispositivos nas unidades onde trabalhei, exceto quando eu introduzi o assunto, que de forma geral, é totalmente desconhecido pela maioria dos trabalhadores com os quais conversei sobre isso. Na verdade, nunca consegui discutir esse assunto com algum colega que mostrasse domínio sobre o tema e avalio que a PNSIPN, apesar de ter enorme potencial para contribuir para a melhoria dos processos de trabalho no SUS e para a qualidade do cuidado, é uma política totalmente esquecida pelos gestores do SUS, de forma que se alguém procurar um profissional da saúde para falar sobre diabetes, hipertensão ou saúde da mulher, por exemplo, irá encontrar diversos especialistas nesses assuntos, mas se procurar informações sobre a PNSIPN, dificilmente irá encontrar alguém que pelo menos conheça essa política.

A escolha do tema desta pesquisa, surgiu a partir dessas observações e vivências pessoais na sociedade e no mundo do trabalho, as quais me impulsionaram a pesquisar e escrever sobre a ideologia racista, sua historicidade, interseccionalidades e interesses hegemônicos, bem como sobre estratégias que possam contribuir para o seu enfrentamento e superação e para a promoção da equidade racial tão necessária para a garantia de acesso aos direitos e espaços historicamente negados à população negra.

O objetivo central deste estudo foi investigar como os trabalhadores da SESDF concebem as questões raciais, identificando possíveis manifestações de racismo nessa instituição e a partir dos resultados obtidos, construir a base teórica para orientar uma proposta de educação antirracista para os trabalhadores da Saúde. Assim sendo, esta pesquisa resultou num livro que tem como objetivo problematizar práticas racistas e antirracistas com foco na promoção e no

desenvolvimento de uma cultura de igualdade racial nas instituições de saúde, ofertando letramento racial e cooperando para a efetivação das políticas e programas de enfrentamento ao racismo na sociedade e no SUS por meio da educação antirracista, provocando reflexões sobre as determinações históricas que culminaram com a marginalização intencional e violências impostas à população negra ao longo da história, contribuindo assim para a criação de consciência crítica antirracista, superação do racismo e continuidade do processo de descolonização e ressignificação do povo negro (pretos e pardos).

A partir dos objetivos do estudo, optou-se por fazer uma pesquisa exploratória, com abordagem mista. Inicialmente foi realizado um levantamento bibliográfico e a construção do estudo sobre o estado do conhecimento e em seguida foi realizada a coleta de dados, com a aplicação de um questionário socioeconômico e a aplicação da Escala de Racismo Revitimizador. O racismo revitimizador, é um tipo de racismo que baseia-se na crença no vitimismo das pessoas negras e atribui a essas pessoas a culpa pelas injustiças sociais e violências sofridas por elas, sendo representado nessa escala por 10 afirmações que expressam e identificam o racismo contemporâneo brasileiro, o qual foi nomeado por Lima *et al.* (2020), autores desta escala, como racismo revitimizador.

Com base na metodologia adotada e nos resultados obtidos, este trabalho foi estruturado em 6 seções. A primeira seção é a introdução, na qual o tema é apresentado e contextualizado, bem como os objetivos, a justificativa e demais aspectos metodológicos que foram organizados em quadro de coerência da pesquisa. A segunda seção trata sobre o referencial teórico, composto pelo levantamento bibliográfico, o estado do conhecimento e pela síntese e discussão dos resultados do estado do conhecimento construído nessa etapa da pesquisa. A perspectiva metodológica, sua fundamentação teórica, bem como os aspectos sobre o local da pesquisa, instrumentos de coleta e análise de dados, estão dispostos na terceira seção. Na quarta seção são apresentados os resultados e a discussão e, em seguida, são apresentadas as considerações finais. O texto em sequência está organizado em referências, apêndice e anexos.

O referencial teórico conta com Almeida (2020) e seu livro 'O que é racismo estrutural?', Santos (2007) em "Quilombos, Modos e Significados", Pinheiro (2023) e seu livro "Como ser um educador antirracista", Brasil (2009) com a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra, Munanga (2009) em "Negritude: Usos e

Sentidos', Brasil (2013) com o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras do SUS, entre outros. No Apêndice A está anexado o link para acesso ao produto educacional, um livro com o título: Educação Antirracista para Trabalhadores da Saúde, composto por 10 capítulos que trata sobre as origens históricas do racismo, seus conceitos e características, racismo institucional e a falta de representatividade negra nos espaços de poder, crimes de racismo e injúria racial, racismo e saúde da população negra, enfrentamento ao racismo e interseccionalidades no SUS, educação antirracista e comunicação antirracista, entre outras questões raciais. Nos anexos estão dispostos: I - o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), II - Questionário Socioeconômico, III - Escala de Racismo Revitimizador, e, IV - Questionário de Avaliação do Produto Educacional.

Por fim, é importante destacar que para a realização desta pesquisa, considerou-se como população negra a definição adotada pelo Estatuto da Igualdade Racial como “o conjunto de pessoas que se autodeclaram pretas e pardas, conforme o quesito cor ou raça usado pela Fundação Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística” (Brasil, 2010).

1. INTRODUÇÃO

Discorrer sobre questões raciais implica percorrer a história para antes conhecer e entender o fenômeno do racismo, sua historicidade, movimentos dialéticos, interseccionalidades e contemporaneidade. Dessa forma, parte-se do entendimento de que o racismo é um problema estrutural, persistente e adaptativo, que se ajusta no tempo e no espaço, perpassando assim por diversos períodos históricos, se apresentando na sociedade e nas instituições por meio de uma imensa variedade de práticas de preconceito e discriminação racial que marginalizam, revitimizam, criam barreiras de acesso e trazem desigualdades e desvantagens à população negra, sujeitando-a ao adoecimento, a maiores taxas de morbimortalidade, à exploração, dominação e opressão social (Almeida, 2020; Brasil, 2023; Brasil, 2009; Lima *et al.*, 2020; Silva, 2021) Além disso, o racismo influencia decisões a respeito dos trabalhadores negros, causando desigualdades de oportunidades, injustiças sociais, disparidades salariais e condições de trabalho desiguais.

Além do preconceito e discriminação que permeiam o acesso ao mercado de trabalho, sabe-se que para o negro foi, historicamente, reservado o trabalho braçal, enquanto para o branco, o trabalho intelectual, o que afeta de forma negativa a renda dessa população. De acordo com dados do IBGE (2020), em 2019, a população ocupada de cor ou raça branca ganhava em média 73,4% a mais do que a população negra (preta e parda).

No âmbito da saúde, o racismo é considerado como um determinante social que contribui para o adoecimento e mortalidade da população negra (Brasil, 2009), além de afetar os trabalhadores negros, especialmente as mulheres (Brasil, 2023). Assim, o racismo influencia na qualidade de vida dos trabalhadores e na qualidade dos serviços dispensados ao povo negro. Nesse sentido, há registros na literatura contemporânea de que o preconceito e a discriminação racial criam barreiras de acesso aos serviços de saúde, influenciam no tempo e qualidade do atendimento e na formulação do diagnóstico e tratamento dos pacientes, apontando que indivíduos negros recebem menos atenção dos profissionais da saúde, são menos examinados e têm menor chance de receber tratamentos preventivos em comparação com pessoas brancas, o que resulta em desfechos de saúde piores e aumento das taxas

de morbidade e mortalidade nesta população (Brasil, 2009; Santos 2024; Silva, 2018).

Sabendo-se que o racismo, problema estrutural da sociedade brasileira, é exposto na literatura como um determinante social da saúde que impacta não somente a vida dos pacientes negros, mas também dos trabalhadores negros, foi formulada a seguinte hipótese: Considerando a relação entre racismo estrutural e institucional, pressupõe-se que é possível ocorrer manifestações de preconceitos e discriminações raciais dentro da SESDF como reflexo do racismo estrutural presente na sociedade. Assim sendo, partiu-se dos seguintes questionamentos que nortearam o estudo: Como os trabalhadores da SESDF concebem as questões raciais? Os servidores negros da SESDF já sofreram ou sofrem alguma forma de racismo no exercício da profissão? Uma proposta de educação antirracista para os trabalhadores da saúde pode contribuir para a promoção da igualdade racial na SESDF?

No desafio de responder à questão central e de propor uma intervenção ao problema, apresentou-se como objetivo geral: Investigar como os trabalhadores da SESDF concebem as questões raciais, identificando possíveis manifestações contemporâneas de racismo nessa instituição e a partir dos resultados obtidos, construir a base teórica para orientar uma proposta de educação antirracista para os trabalhadores da saúde. Os objetivos específicos foram: a) Caracterizar o racismo estrutural e institucional, suas formas de manifestação e seus impactos na realidade dos trabalhadores do SUS e pacientes; b) Identificar e aferir possíveis manifestações do racismo contemporâneo na SESDF; c) Verificar se há queixas de ocorrências de racismo na SESDF; d) Construir um livro, como produto educacional, com a temática “Educação Antirracista para Trabalhadores(as) da Saúde”, aplicar e descrever os impactos da aplicação desse produto na busca por explicitar possíveis dificuldades, desafios e possibilidades para o alcance de uma formação que desenvolva os trabalhadores da saúde para uma práxis antirracista contribuindo, dessa forma, para a promoção da igualdade racial.

Para a orientação e fundamentação teórica do livro foi utilizado o levantamento bibliográfico de produções científicas dos últimos 5 anos, dados coletados durante a pesquisa, bem como a legislação brasileira sobre a temática, a fim de contribuir para a superação do racismo nos ambientes onde se produz saúde.

Assim sendo, este trabalho se justifica por possibilitar o conhecimento sobre as concepções dos trabalhadores da SESDF acerca das questões raciais, pela

necessidade já elencada de ações educativas de combate ao racismo nos ambientes institucionais onde se prestam os cuidados de saúde, contribuindo dessa forma para a promoção e desenvolvimento de uma cultura da igualdade racial nesses espaços, colaborando assim para a desconstrução do sistema de opressão chamado racismo.

Por proporcionar uma intervenção educacional transformadora, que contempla a desconstrução do racismo em suas diversas formas, especialmente a forma institucional e conseqüentemente interpessoal entre profissionais de saúde e de profissionais de saúde para com os pacientes na produção do cuidado, essa pesquisa é socialmente relevante. Isso pode implicar na melhoria do ambiente organizacional, no aperfeiçoamento das relações de trabalho e na qualidade do cuidado prestado à população.

A partir do exposto até aqui, segue quadro de coerência sintetizando as principais informações sobre a pesquisa e seu objeto.

Quadro 1- Quadro de Coerência da pesquisa

<p>1. Tema elaborado a partir do reconhecimento do problema.</p> <p>Concepções dos(as) trabalhadores(as) da SESDF acerca de questões raciais como base para uma proposta de educação antirracista.</p>
<p>2. Problema reconhecido.</p> <p>Sabendo-se que o racismo é um problema estrutural na sociedade brasileira e que se manifesta nas instituições públicas e privadas, questiona-se: Como os profissionais da SESDF concebem as questões raciais? Os servidores negros da SESDF já sofreram ou sofrem alguma forma de racismo no exercício da profissão? Uma proposta de educação antirracista para os profissionais pode contribuir para a promoção da igualdade racial na SESDF?</p>
<p>3. Justificativa (razão pela qual são necessárias a realização da pesquisa, a elaboração e a aplicação do produto).</p> <p>O racismo é um problema social com impactos na saúde da população e na vida dos profissionais de saúde negros, causando grandes prejuízos e sofrimentos a esse determinado grupo, portanto precisa ser enfrentado com rigor e urgência. Seguindo esse raciocínio, esta pesquisa se justifica por possibilitar o conhecimento sobre como os profissionais de saúde veem as questões raciais e pela necessidade já elencada de ações de combate ao racismo nos ambientes institucionais onde se prestam os cuidados de saúde. O estudo visa contribuir, portanto, para promoção e desenvolvimento de uma cultura da igualdade racial na área da saúde. A construção e aplicação de um produto educacional no formato de livro, com a temática “Educação Antirracista para Trabalhadores da Saúde” torna a pesquisa relevante por fornecer a esses profissionais, conhecimentos sobre a temática, a fim de contribuir para a desconstrução do racismo institucional</p>

<p>e consequentemente interpessoal entre profissionais de saúde e de profissionais de saúde para com os pacientes na produção do cuidado. Isso pode implicar na melhoria do clima organizacional e na qualidade do cuidado prestado à população.</p>			
<p>4. Objetivo geral (ligado à resolução do problema):</p> <p>Investigar como os trabalhadores da SESDF concebem as questões raciais, identificando possíveis manifestações de racismo nessa instituição e a partir dos resultados obtidos, construir a base teórica para orientar uma proposta de educação antirracista para os trabalhadores da saúde.</p>			
<p>5. Questões secundárias que nortearam a pesquisa</p>	<p>6. Objetivos específicos para cada questão secundária apontada</p>	<p>7. Técnicas de pesquisa que serão aplicadas (estudo de caso, grupo focal, entrevista documental, levantamento e análise bibliográficos etc.)</p>	<p>Página</p>
<p>5.1 O que foi produzido em pesquisas no Brasil, nos últimos 5 anos, sobre a educação antirracista na perspectiva da educação profissional? Qual a relação do racismo com as desigualdades sociais? Como o racismo se caracteriza e se manifesta nas Instituições de Saúde?</p>	<p>6.1 Caracterizar o racismo e suas manifestações institucionais na área da Saúde, bem como seus impactos na realidade dos profissionais de saúde e pacientes, a partir da literatura pertinente acerca do tema.</p>	<p>7.1. Levantamento bibliográfico das publicações sobre o tema nos últimos 5 anos e construção do estado da arte.</p>	<p>23</p>
<p>5.2 Como os profissionais de saúde da SESDF concebem as questões raciais?</p>	<p>6.2 Identificar e aferir manifestações de racismo na SESDF.</p>	<p>7.2 Aplicação da Escala de Racismo Revitimizador.</p>	<p>53</p>
<p>5.3 Os servidores negros da SESDF já sofreram ou sofrem alguma forma de racismo no exercício da profissão?</p>	<p>6.3 Verificar se há queixas de ocorrência de racismo na SESDF.</p>	<p>7.3 Aplicação de questionário</p>	<p>53</p>
<p>5.4 Quais os impactos da aplicação de um livro com conteúdo antirracista para uma formação que desenvolva os profissionais de saúde para uma práxis antirracista? De que maneira a formação antirracista dos profissionais de saúde pode contribuir para a promoção da igualdade racial na SESDF?</p>	<p>6.4 A partir dos dados coletados, construir e aplicar como produto educacional, um livro, com a temática “Educação Antirracista para Profissionais da Saúde”. Descrever os impactos da aplicação do produto educacional na busca por explicitar possíveis dificuldades, desafios e possibilidades para o alcance de uma formação que desenvolva os profissionais de saúde para uma práxis antirracista.</p>	<p>7.4 Aplicação de questionário de avaliação do livro após aplicação do produto e análise dos dados coletados.</p>	<p>64</p>

Elaboração: Santos (2024)

2. REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 ESTADO DO CONHECIMENTO SOBRE QUESTÕES RACIAIS E EDUCAÇÃO PROFISSIONAL ANTIRRACISTA

Este capítulo tem como objetivo apresentar o estudo do estado do conhecimento sobre o tema, a partir do levantamento bibliográfico. Nesta etapa, foi realizado um levantamento bibliográfico das produções científicas dos últimos 5 anos sobre a temática, com vistas a conhecer os estudos atuais, categorizá-los, sintetizá-los e construir o estado do conhecimento sobre a educação antirracista em seu contexto contemporâneo, a fim de elencar as lacunas e contribuições pertinentes nesse campo da pesquisa. Segundo Brandão *et al.* (1986, p. 7) *apud* Silva; Souza e Vasconcellos (2020), o termo “Estado da Arte” é originário da literatura científica americana e tem por meta realizar levantamentos do que se conhece sobre um determinado assunto. O estado da arte, pode ser entendido também como uma metodologia de pesquisa documental para inventariar, descrever e analisar estudos, com a função de desenvolver balanços da produção, construindo um panorama de determinado conjunto de investigações, com possibilidade de verificar tendências e lacunas (Gonçalves; Horvath; Bretones, 2022).

A finalidade do levantamento bibliográfico é coletar referências disponíveis sobre o tema em diferentes formatos, como livros, capítulos, artigos, dissertações e teses (Vosgerau; Romanowski, 2014 *apud* Mattar; Ramos, 2021). O que caracteriza o levantamento bibliográfico é não haver análise nem discussão dos resultados da busca. Seu produto, portanto, é uma bibliografia apresentada em forma de lista. Esse procedimento, pode ser considerado uma etapa prévia para a fundamentação teórica de um trabalho. (Mattar; Ramos, 2021).

Nesta pesquisa, o levantamento bibliográfico foi realizado para possibilitar a construção do estudo do estado do conhecimento sobre o tema em discussão. Como base de dados para efetivação dessa pesquisa, foram utilizados os periódicos publicados e divulgados nas plataformas Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde do Ministério da Saúde – (BVS/MS) e Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD).

Inicialmente, para se ter uma visão global sobre as publicações acerca do assunto, foi feita uma busca geral, utilizando apenas os seguintes termos relacionados ao objeto de estudo, às questões e objetivos da pesquisa: racismo estrutural, racismo

institucional, educação antirracista e igualdade racial. Foram utilizadas as configurações padrão das plataformas, sem seleção de filtros específicos e sem recorte temporal. Os resultados dessa busca estão sintetizados no quadro a seguir:

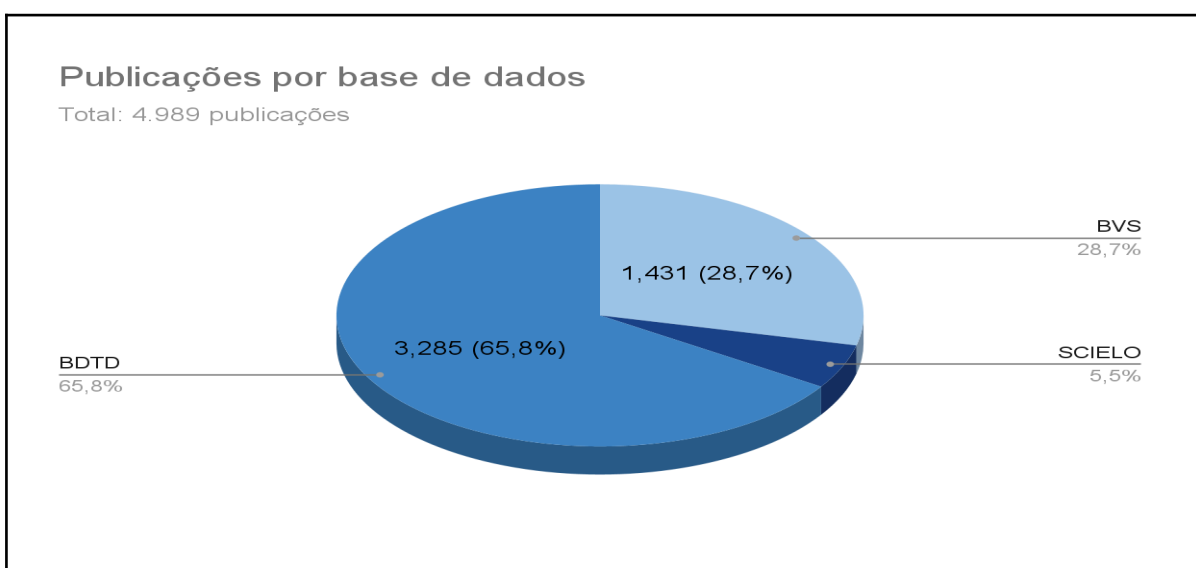
Quadro 2 - Pesquisa bibliográfica por descritores sem recorte temporal e sem filtros

Descritores	1.Racismo Institucional	2.Racismo Estrutural	3.Educação Antirracista	4.Igualdade racial	Total Geral
BVS	502	666	11	252	1.431
SciELO	89	82	29	73	273
BDTD	1.932	406	346	601	3.285
Total por Descritores	2.523	1.154	386	926	4.989

Elaboração: Santos (2024).

Nessas configurações, foram encontradas 4.989 publicações, dentre elas, 3.285 (65,8%) foram encontradas na BDTD, 1.431 (28,7%) na BVS e 276 (5,5%) na SciELO. O gráfico a seguir mostra a porcentagem de publicações por banco de dados:

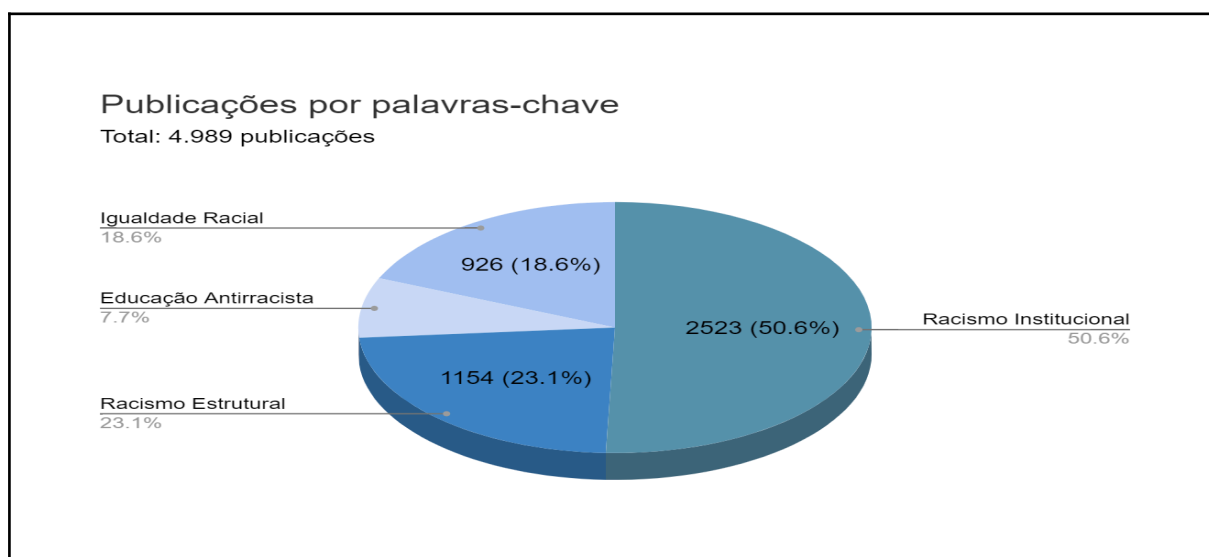
Gráfico 1- Publicações por base de dados



Elaboração: Santos (2024).

O termo Racismo Institucional foi o grupo de palavras que apresentou maior número de resultados entre os grupos pesquisados (50,6%), em contraste com Educação Antirracista que apresentou menor número de publicações (7,7%), conforme gráfico a seguir:

Gráfico 2- Publicações por palavras-chave sem recorte temporal.



Elaboração: Santos (2024).

A fim de identificar as tendências e mudanças ocorridas nos últimos 5 anos, nesse mesmo contexto, foi feita uma nova busca com os descritores já mencionados, mas com a delimitação temporal, selecionando apenas produções publicadas nos últimos 5 anos, conforme quadro 3:

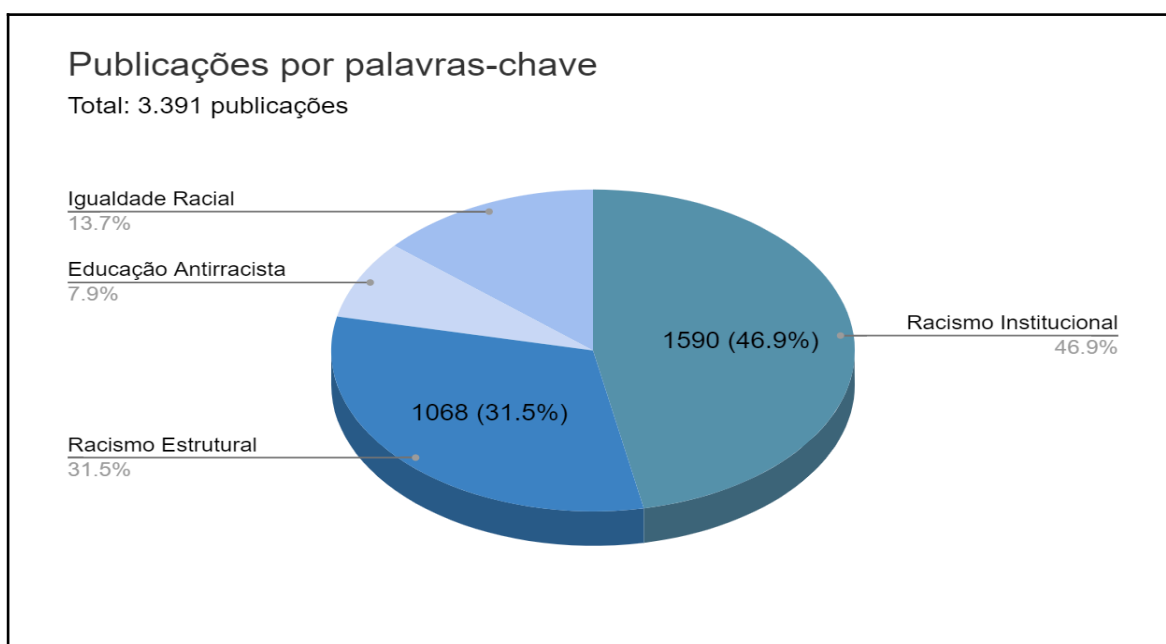
Quadro 3 - Pesquisa bibliográfica por descritores com recorte temporal dos últimos 5 anos

Descritores	1.Racismo Institucional	2.Racismo Estrutural	3.Educação Antirracista	4.Igualdade racial	Total Geral
BVS	502	666	11	252	1.431
SciELO	55	71	23	28	177
BDTD	1.033	331	234	185	1.783
Total	1590	1.068	268	465	3.391

Elaboração: Santos (2024).

O recorte temporal foi importante para visualizar que, observados os descritores utilizados, todas as publicações sobre o tema presentes na BVS foram publicadas nos últimos 5 anos, evidenciando que a preocupação com a temática na área da saúde é mais recente. Foi possível também inferir que a comunidade acadêmica tem discutido bastante as questões raciais, incluindo o tema em suas pesquisas. Nesse sentido, a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações foi a plataforma pesquisada com maior número de publicações sobre a temática nos últimos 5 anos com 1.783 publicações, seguida da BVS com 1.431 publicações. Entretanto, nota-se que em todas as plataformas pesquisadas, educação antirracista, mais uma vez, foi o grupo de palavras-chave que mostrou menor resultado nas buscas, conforme se pode observar no gráfico a seguir:

Gráfico 3- Publicações por palavras-chave com recorte temporal.



Elaboração: Santos (2024).

Partindo dessa visão global, seguiu-se para o estudo do estado do conhecimento propriamente dito. Assim, num primeiro momento, foram utilizados filtros para selecionar trabalhos completos e citáveis, publicados em português, nos últimos 5 anos, utilizando os mesmos descritores já listados. Foi selecionada também a opção "título" nas três plataformas para refinamento dos resultados, a fim de identificar apenas as publicações que apresentassem, em seus títulos, pelo menos uma das palavras-chave. Neste momento, é importante relatar as diferenças nos

mecanismos de buscas entre a BVS, BDTD e SCIELO. Na BVS, é possível selecionar a opção “últimos 5 anos” para escolher o intervalo de ano de publicação, sendo automática a seleção de trabalhos publicados entre os anos de 2018 a 2023. Já na SciELO e na BDTD, é possível selecionar cada ano, assim sendo, foram selecionados os anos de 2019 a 2023, a fim de não se ultrapassar o intervalo dos últimos 5 anos. O resultado dessa busca foi sintetizado no quadro a seguir:

Quadro 4 - Pesquisa bibliográfica por descritores com critérios pré-selecionados

Descritores	1.Racismo Institucional	2.Racismo Estrutural	3.Educação Antirracista	4.Igualdade racial	Total Geral
BVS	10	07	03	01	21
SciELO	07	14	02	03	26
BDTD	15	18	30	17	80
Total por Descritores	32	39	35	21	127

Elaboração: Santos (2024).

Observou-se nos resultados dessa nova busca, diversas publicações que não estabeleciam coerência com os objetivos da pesquisa e que não apresentavam relação com a educação profissional. Para delimitação da seleção, foi feita uma leitura flutuante dos títulos e resumos dos trabalhos com o intuito de selecionar apenas os trabalhos que contemplam em seus títulos a palavra “educação” e que o conteúdo estivesse inserido no contexto da educação profissional, além de atender aos critérios antes estabelecidos. Assim, foram excluídos os trabalhos que apareciam repetidos, bem como aqueles que foram produzidos no contexto da educação infantil, ensino fundamental, ensino médio e outras áreas que não contemplam a educação profissional. Foi excluída também 1 dissertação que estava fora do recorte temporal e ainda assim apareceu nos resultados. O quadro a seguir apresenta o quantitativo de trabalhos selecionados após o estabelecimento desses critérios.

Quadro 5 - Pesquisa bibliográfica por descritores após estabelecimento de critérios de exclusão

Descritores	1.Racismo Institucional	2.Racismo Estrutural	3.Educação Antirracista	4.Igualdade racial	Total Geral
BVS	00	00	01	00	01
SciELO	00	00	02	01	03
BDTD	03	00	05	00	08
Total por Descritores	03	00	08	01	12

Elaboração: Santos (2024).

Finalmente, observamos que dos 127 trabalhos selecionados, apenas 12 enquadraram-se nos critérios estabelecidos: contemplaram em seus títulos a palavra educação e estavam diretamente relacionados à educação profissional, além de atender aos demais critérios. Observou-se que a educação antirracista é pouco discutida e as poucas pesquisas que são publicadas estão, em sua maioria, no contexto da educação básica. Quando partimos para a análise da educação antirracista no contexto da educação profissional, a quantidade de trabalhos é surpreendentemente ainda menor. Após as exclusões, restaram apenas 04 artigos e 08 dissertações/ teses:

Quadro 6 - Tipos de publicações analisadas

Banco de dados/Tipo de Publicação	Artigo	Teses/Dissertações
BVS	01	00
SciELO	03	00
BDTD	00	08

Elaboração: Santos (2024).

Quadro 7- Artigos de Periódicos analisados.

N°	Revista	Artigo	Autoria
1	Revista Brasileira de Educação Médica	Educação médica, raça e saúde: o que falta para a construção de um projeto pedagógico antirracista?	CABRAL, Mariana Pompílio Gomes et al.
2	Revista Educação e Sociedade	Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios.	GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de.
3	Revista Ilha do Deserto	Affordances do protótipo “teaching english to teachers”: contribuições da perspectiva da justiça social, da educação antirracista e do web-curriculo para as aulas de inglês na formação de professores de línguas.	Zancopé, Thaísa; Kadri, Michele Salles El.
4	Educação e Pesquisa	Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos.	SILVA, Marcos Antônio Batista da.

Elaboração: Santos (2024).

Quadro 8 - Dissertações e Teses analisadas

N°	Ano e Tipo	Título	Autoria/orientação
1	2019 Dissertação	Experiências do movimento negro de Rondonópolis e as políticas antirracistas de educação	Neves, Francyslene Pereira;
2	2020 Dissertação	Sentidos da educação antirracista na perspectiva das Coordenadoras do UNIAFRO/UFRGS	Silva, Claudete dos Santos da; Genro, Maria Elly Herz
3	2022 Dissertação	Curso promotor@s em saúde da população negra um dispositivo de educação antirracista no enfrentamento ao racismo no âmbito das políticas públicas em Porto Alegre	Teixeira, Ana Carla Vidal, Leal Andrea Fachel
4	2020 Dissertação	Privilegio branco e a (im)possibilidade de implementação de políticas antirracistas: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso	Arruda, Maria Auxiliadora de Almeida, Silvério, Valter Roberto
5	2019 Dissertação	A atuação da Psicologia Escolar na Educação Superior: possibilidades de enfrentamento ao racismo institucional	Ferreira, Matheus Asmassallan de Souza; Araújo, Claisy Maria Marinho

6	2019 Tese	A educação das relações étnico-raciais no Brasil e Uruguai: a política institucional de combate ao racismo no sistema de avaliação da educação superior	Costa Neto, Antonio Gomes; Tavoraro, Lilia Gonçalves Magalhães
7	2022 Dissertação	Planeta Africa: Práticas artísticas para uma educação antirracista	Themis, Cristina Lobato de Lima; Correia, Rogério.
8	2019 Dissertação	Mulheres negras professoras doutoras inseridas nos cursos de pós-graduação em Educação e Relações Raciais: um olhar sobre o racismo institucional	Carneiro, Tatiane da Conceição; Silva, Joselina da

Elaboração: Santos (2024).

No tópico seguinte será apresentada uma síntese sobre os destaques das produções encontradas a partir do Estado do Conhecimento. O objetivo dessa síntese é compreender o que há de conhecimento sobre o tema na atualidade a partir das seguintes categorias: Racismo Estrutural, Racismo Institucional, Equidade Racial e Educação Antirracista.

2.2 SÍNTESE E DISCUSSÃO SOBRE O ESTADO DO CONHECIMENTO

Iniciaremos a presente discussão com o artigo “Educação médica, raça e saúde: o que falta para a construção de um projeto pedagógico antirracista?” de Cabral *et al.* (2021). Esse artigo teve como ponto de partida o desafio de estudar o debate racial na formação médica. Trata-se de um estudo que teve como objetivo analisar os projetos pedagógicos dos cursos (PCC) de graduação em Medicina do Nordeste brasileiro e suas interfaces com conteúdos contextualizados na perspectiva da saúde da população negra. Na oportunidade, foram analisados um total de 23 PPC de 13 universidades públicas federais da região nordeste. Os resultados desse estudo mostram a presença de disciplinas obrigatórias e optativas sobre raça na saúde em seus aspectos essenciais, proporcionando aos estudantes de medicina a compreensão histórica e sociocultural da negritude. No entanto, foi observado um déficit na abordagem prática, o que sinaliza, segundo os autores, o pouco valor atribuído ao campo da experiência para a compreensão da saúde racializada e fortalece o esvaziamento de práticas específicas à saúde da população

negra, diminuindo a capacidade dos profissionais médicos de interpretar situações, práticas e condutas de maneira efetiva. Por fim, os autores concluem que o combate ao racismo pede posturas antirracistas coletivas e intersetoriais e que há necessidade de uma formação pautada na práxis dialógica, humanista e crítico-reflexiva da saúde da população negra.

Ainda no contexto da saúde da população negra, uma pesquisa realizada por Teixeira (2022), registrada em sua dissertação de mestrado, analisou o curso “promotor@s em saúde da população negra: um dispositivo de educação antirracista no enfrentamento ao racismo no âmbito das políticas públicas em Porto Alegre,” desenvolvido como um dispositivo de educação antirracista em Porto Alegre, Rio grande do Sul, tendo como amostragem 530 avaliações realizadas pelos participantes do curso de 2012 a 2014, e 176 questionários respondidos pelos participantes do curso nas diferentes edições. Os resultados mostram que os profissionais reconhecem o racismo como um fator de adoecimento para a população negra e apontam as mudanças ocorridas após a realização do curso, destacando a importância do debate racial nos serviços de saúde, para o enfrentamento do racismo no SUS. Essa pesquisa evidencia a importância das ações de educação antirracista nos ambientes onde se produz saúde. Trata-se de uma abordagem geradora de reflexões dentro da instituição SUS que tem grande potencial para o enfrentamento do racismo e para a melhoria da assistência prestada ao cliente/paciente.

Orientados pela ideia de que o movimento negro é um educador da sociedade e do Estado brasileiro no que se refere à compreensão do fenômeno do racismo e dos caminhos para combatê-lo, Gomes, Silva e Brito (2021) fazem uma reflexão sobre as ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação. Nessa reflexão resumem que:

As ações afirmativas de promoção da igualdade racial ressignificaram a luta pelo direito à educação no Brasil. A entrada de sujeitos pertencentes a coletivos diversos e historicamente tratados como desiguais no ensino superior, a presença de pessoas negras nos concursos públicos da administração federal por meio da implementação das cotas raciais, as várias iniciativas de ensino de história e cultura afro-brasileira e africana nas escolas da Educação Básica, bem como os direitos garantidos no Estatuto da Igualdade Racial, têm feito emergir diversos conhecimentos e experiências produzidos pelos sujeitos negros nas suas vivências políticas, sociais e culturais. Tudo isso tem transformado a ciência, a educação e a sociedade (Gomes, Silva e Brito, 2021).

Partindo dessa reflexão, foi possível compreender que as cotas raciais, uma das modalidades de implementação das ações afirmativas, como política de igualdade racial, possibilitou não somente o acesso à educação profissional e ao mundo do trabalho, mas teve uma função pedagógica muito importante na sociedade, no sentido de ressignificar a luta pela educação. A partir das ideias discutidas nesse artigo, podemos entender que a educação antirracista não está restrita a espaços formais, nem limitada a currículos escolares, mas ocorre também nos diversos espaços não formais e informais onde se manifestam práticas antirracistas. Nesse sentido, Lima (2022) em sua dissertação de mestrado “Planeta África: Práticas Artísticas para uma Educação Antirracista” traz, entre outras questões, o papel do arte-educador em espaços informais e faz uma abordagem sobre a criação e análise de uma formação continuada de professores da educação infantil voltada para os princípios de uma educação antirracista, por intermédio do ensino artístico. A pesquisa foi realizada com 22 docentes de uma escola municipal de Educação Infantil de Belo Horizonte, e com 15 alunos de 4 e 5 anos de idade. O resultado gerou como produto pedagógico uma exposição de arte-educação, para o público infantil. Sua mediação demonstrou a outros educadores como usufruir das artes na prática de uma educação antirracista.

Retomando os destaques do movimento negro, assim como Gomes, Silva, Brito (2021), Neves (2019), em sua dissertação de mestrado sobre as “Experiências do Movimento Negro de Rondonópolis e as políticas antirracistas de educação,” destaca o papel do movimento negro no combate ao racismo na educação, nas políticas educacionais implementadas para a superação do racismo e no combate ao mito da democracia racial existente. Nesse sentido, o Movimento Negro de Rondonópolis (MNR), existente há mais de duas décadas, teve como proposta inicial a formação dos professores da rede pública municipal e estadual. Numa perspectiva antirracista, esse movimento tem assumido práticas significativas que contribuem para a inclusão dos negros na sociedade. A autora destaca ainda as políticas de ações afirmativas na educação dos negros. Por fim, destaca que no decorrer desse processo, ficou evidente que as estratégias de intervenção do MNR de intervenção no processo educacional para o combate ao racismo, sempre foram travancadas pelo racismo institucional e, apesar de reconhecer o protagonismo deste movimento nas conquistas, ainda falta muito a ser feito com ações efetivas, pois é preciso reconhecer que o mito da democracia racial nos leva aos impedimentos.

Assim como Neves (2019), Silva (2021), no artigo “Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos,” traz reflexões sobre o papel educador do movimento negro, a construção social da raça nos padrões de dominação e poder, a variável racial e étnica nos contextos censitários brasileiros, as políticas de antirracismo educacionais e a emergência de uma educação antirracista. Traz ainda, entre outras questões, a ideia de que a luta por uma educação antirracista reflete a tensão presente na história das políticas educacionais, pois se há políticas que visam a permanência do racismo estrutural, há também políticas derivadas de lutas sociais que rompem com as primeiras.

Silva (2019) em sua dissertação de mestrado intitulada “Sentidos da Educação Antirracista na Perspectiva das Coordenadoras do Uniafro/UFRGS” cujo objetivo foi compreender os sentidos que as professoras coordenadoras do Curso de Extensão UNIAFRO atribuem às experiências vivenciadas no curso e de que modo contribuem para o pensamento das práticas educativas antirracistas desenvolvidas no âmbito da Universidade Federal do Rio Grande do Sul, destaca o papel das intelectuais negras para a construção de uma educação antirracista no Brasil. A autora reflete ainda sobre a luta de mulheres negras na contramão ao patriarcado e por uma educação antirracista, a afirmação da identidade negra numa perspectiva de enfrentamento ao racismo e as políticas públicas, a articulação entre gênero e raça e a produção de uma educação antirracista, sempre dialogando com relatos das professoras coordenadoras do UNIAFRO e suas experiências.

Entre os resultados alcançados, destacam-se o sentido da ação por meio das práticas da educação antirracista, a defesa dos direitos já conquistados através das políticas públicas e a luta pela garantia das políticas de cotas raciais e sociais nas universidades públicas. Sobre a articulação entre raça e gênero, a autora destaca que esse processo se dá pela construção de saberes e aprendizados políticos, éticos e estéticos, tanto de raça quanto de gênero, em que todos são chamados a refletir e agir contra o racismo e o sexismo na sociedade.

Carneiro (2019), em sua pesquisa de mestrado, investigou o perfil de quatro mulheres negras, que possuem doutorado e são docentes inseridas nos cursos de pós-graduação em Educação e em Relações Raciais nas universidades públicas do Rio de Janeiro, pontuando desafios e dificuldades percebidas por essas mulheres no enfrentamento das múltiplas facetas do racismo, no desempenho das suas atividades laborais. O objetivo dessa pesquisa foi entender a dinâmica do racismo,

no âmbito institucional público, e quais desafios são encontrados por docentes negras no desempenho de seu ofício. Nesse trabalho, ela destaca a trajetória e a relevância que as mulheres negras têm trazido para o campo das pesquisas, bem como a importância do movimento negro na luta pelo acesso a uma educação inclusiva, o que tem influenciado mais mulheres negras a desejar o acesso ao ambiente universitário, buscando ascensão na carreira social e profissional. Os resultados obtidos evidenciam que as professoras entrevistadas enfrentaram inúmeras dificuldades para obterem ascensão profissional e social, que as suas trajetórias educacionais foram demarcadas pelo racismo e pela discriminação racial de forma velada, quase que imperceptível, o que dificulta a adoção de medidas para coibir a prática dentro das instituições. Em sua conclusão a autora destaca que por mais que parte da população acredite que o Brasil não é mais um país onde impera o racismo, o mesmo está longe de chegar ao fim.

Zancopé e Kadri (2021), entendendo por meio de Ferreira (2007) que “as aulas de língua têm a responsabilidade de trazer temas que promovam igualdade nos termos de raça e etnia”, investigam as *affordances* percebidas por pesquisadoras e professores em formação durante a implementação de um protótipo produzido para as aulas de língua inglesa de um curso de Letras-Inglês com base nos princípios da justiça social. Nesse contexto, o termo *affordances* foi conceituado como sendo “as possibilidades de ações oferecidas ao aprendiz pelo ambiente de aprendizagem em que ele está inserido, em uma tentativa de associar as atividades perceptuais e sociais dos aprendizes.” Entre as *affordances* identificadas pelos professores em formação, merecem destaque a promoção do conhecimento dos princípios de uma educação antirracista e reflexão de suas implicações na sala de aula, além da proposta de engajamento social no movimento “Black lives matter at school,” que pode ser traduzido como “vidas negras são importantes na escola”. A autora destaca ainda que os protótipos pensados a partir da perspectiva da justiça social, têm potencial de propiciar práticas pedagógicas que contribuem para a construção de identidade docente com princípios éticos-cidadãos.

Neto (2019), em sua tese de doutorado, investigou a política de combate ao racismo no sistema de acompanhamento e avaliação da educação superior do Brasil e do Uruguai, tendo como referência o curso de Graduação de História da Universidade de Brasília, no Brasil e Universidad de la República, no Uruguai, objetivando compreender os entraves e facilitadores das políticas de combate ao

racismo no sistema de avaliação da educação superior desses dois países. Comparou a implantação de duas Leis: A Lei 10.639/2003 do Brasil, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira e a Lei 19.122 do Uruguai, que incorpora ao currículo da educação primária e secundária a história dos afrodescendentes no Uruguai e sua participação nos processos de destaques da nação. O estudo evidenciou que em ambos os países, é imperiosa a consolidação de políticas de ações afirmativas como o principal instrumento de combate ao racismo. Os países tiveram procedimentos similares de implementação das políticas de combate ao racismo, entre outras características, pela recepção no ordenamento jurídico, por recepcionar as políticas multiculturalistas nas políticas educacionais e nos sistemas de avaliação. Foi exposto também que os modelos internos das Universidades do Brasil colaboram, de forma eficaz, para a inclusão de negros na política de combate ao racismo. Entretanto, a ausência da população negra nas instituições de ensino superior do Uruguai prejudica, de forma substancial, toda e qualquer política antirracista. Por fim, o autor conclui que o racismo institucional ainda permeia esses campos institucionais.

Concebendo a Universidade de Brasília (UNB) como pioneira no enfrentamento dos preconceitos de raça e etnia e na atuação da psicologia escolar, sendo a primeira universidade federal a adotar cotas raciais nos seus processos seletivos de ingresso na graduação, Ferreira (2019) investigou a atuação da psicologia escolar na educação superior frente ao racismo institucional, no contexto da UNB, a partir da percepção das psicólogas escolares. A pesquisa envolveu a realização do mapeamento institucional da UNB e entrevistas junto às psicólogas escolares que trabalham nessa instituição. Os resultados mostraram que as intervenções da psicologia escolar na UNB são prioritariamente direcionadas aos estudantes, mas ainda estão distantes da perspectiva de atuação institucional apresentada pela literatura contemporânea da área. As participantes descreveram o racismo institucional como uma violência sistêmica, que nega direitos aos sujeitos e reforçam que a instituição deve ser responsabilizada coletivamente no enfrentamento desse fenômeno e não somente os estudantes.

Com o objetivo de compreender a política de reserva de vagas implementada pelo Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso – IFMT, de 2008 a 2018, para o nível médio integrado à formação profissional, Arruda (2020)

desenvolveu uma pesquisa intitulada “Privilégio branco e a (im)possibilidade de implementação de políticas antirracistas: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso.” A conclusão versa sobre a ideia de que o processo de reserva de vagas implementado pelo IFMT possibilitou oportunidades desiguais para brancos e negros e privilégios para o grupo branco, refletindo o imaginário social local de existência de uma democracia étnica e ou racial, cujas características demográficas ajudam a compreender as relações sociais estabelecidas nesses espaços:

[...] o processo de reserva de vagas implementado pelo IFMT possibilitou oportunidades desiguais para brancos e negros e houve, ostensivamente, privilégios para o grupo branco, visto que, no período de 2009-2012, a reserva de vagas utilizou unicamente o critério socioeconômico e não racial. E, a partir de 2012, mostrou uma particularidade: o critério racial foi incluído com o uso de categorias de classificação oficial e local ou nativa, denominada de “outras etnias”, que, por sua vez, foi substituída em 2017 pelo termo não autodeclaração de cor/raça e, desde 2018, foi deslocada para os critérios escola pública e renda. Essa categoria reflete o imaginário social local de existência de uma democracia étnica e ou racial e de um estado racialmente homogêneo e harmônico, e que é marcado pelo problema de classe e não racial. Assim, a política de reserva de vagas implementada pelo IFMT, de 2012- 2018, manteve uma relação bastante ambivalente e próxima dos significados da branquitude, a saber: neutralidade racial, elogio à miscigenação, omissão da desigualdade e discriminação racial, silêncio em torno da questão racial, apoiada na estratégia de subsumir a raça na classe e na categoria denominada de outras etnias e no discurso eminentemente redistributivista, meritocrático e falacioso de igualdade racial (Arruda, 2020, p.5).

O autor destaca ainda que essa política hierarquiza e divide os estudantes e posiciona aqueles considerados negros em cursos de menor prestígio sendo necessário que as políticas educacionais antirracistas direcionem a atenção à invisibilidade e neutralidade da branquitude nas políticas públicas educacionais, com o intuito de revelar e confrontar o processo continuado e silenciado de diferenciação e hierarquização racial, bem como os regimes racializados de representação.

Observou-se a partir do estudo das obras selecionadas, que houve um destaque especial para a importância do movimento negro na luta por direitos e pelo acesso a uma educação inclusiva e antirracista. Além disso, as abordagens sobre as questões raciais, de forma geral, giram em torno das políticas afirmativas, acessibilidade ao ensino profissional e ao mercado de trabalho, existência do racismo nas instituições e ações de educação antirracista em espaços formais e não formais de educação. Pode-se destacar também a abordagem do racismo como um fator

adoecedor da população negra. Nota-se a partir desse estudo do estado do conhecimento que há uma crescente preocupação em discutir as questões raciais, de modo geral, com foco em evidenciar e conceituar os diversos modos de racismo nos espaços onde ele se manifesta e como ele se manifesta, no entanto, percebe-se a carência de propostas de enfrentamento ao racismo no âmbito da educação antirracista.

2.3 FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA

O racismo, enquanto construção social e histórica, possui raízes profundas na divisão de raças. Almeida (2020) afirma que foram as circunstâncias históricas de meados do século XVI (1501 - 1600) que forneceram sentido específico à ideia de raças. Segundo o autor, a expansão econômica mercantilista e a descoberta do novo mundo foram a base para a cultura renascentista refletir sobre a unidade e multiplicidade da existência humana. Esse contexto de expansão comercial burguesa e de cultura renascentista favoreceu a construção do ideário filosófico que transformou o europeu no homem universal e todos os povos e culturas que não se enquadravam no padrão europeu, em variações menos evoluídas. Dando continuidade a esse processo histórico, no século XVIII, o Iluminismo, o qual tinha como premissa instituir a liberdade e livrar o mundo das trevas e preconceitos da religião, deu impulso renovado à construção do saber filosófico cujo objeto principal era o homem em suas múltiplas facetas e diferenças, como ser vivo, que trabalha, pensa e se comunica. Foi nesse cenário que o Iluminismo constituiu as ferramentas que possibilitaram a comparação e posterior classificação dos diferentes grupos humanos a partir de características físicas e culturais, dando origem à distinção filosófico-antropológica entre o homem civilizado e o selvagem que no século XIX daria lugar ao dístico (civilizado) e primitivo, o que, mais tarde, fortaleceu a ideia de levar a “civilização” para os primitivos, resultando num longo processo de violências, destruição e morte, feito em nome da razão, o colonialismo.

Nesse contexto, pergunta-se: De onde veio o racismo e como ele se instalou no Brasil? Conti (2022) resume como o racismo chegou e se instalou entre a população brasileira, enfatizando sua relação indissolúvel com o processo de colonização e escravização dos povos de origem africana:

O racismo chegou no Brasil pelo mar. Atracou por aqui pelos navios que carregaram, por quase quatro séculos, cerca de cinco milhões de pessoas (famílias inteiras negras). Arrancadas do seu continente, de seus países de origem, tiveram suas histórias e raízes negadas para servir à corte portuguesa, mas especialmente aos grandes proprietários brasileiros, da maneira mais violenta que existe: escravizados(as) (Conti, 2022 p.15).

Essa violência racial no Brasil, tem suas raízes não somente no colonialismo europeu, mas também na divisão racial dos seres humanos, ideia sustentada pelo racismo científico (Pinheiro, 2023), pelo apoio da Igreja Católica Romana (Santos, 2007) e por interesses econômicos e políticos, assunto bastante explorado no capítulo “determinações históricas do racismo” do livro, criado como produto educacional desta pesquisa. Tal divisão é pautada em “uma construção sociológica, resultado de um longo processo ideológico de hierarquização que é o racismo” (Araújo, 2021, p.17). Assim, observa-se que o sistema político-econômico-religioso criou, trouxe e perpetuou o racismo no Brasil de forma a influenciar o mundo a normalizar a subjugação e inferiorização do povo negro. Uma prova disso, é o fato de que o Brasil adotou a escravidão como política econômica mais duradoura das Américas, sendo o país que mais importou escravizados africanos no continente americano e o último país das Américas e do ocidente a abolir a escravidão (Depestre, 1980, IBGE, 2007).

Desde então “a ferida do racismo se mantém aberta (Eurico; Gonçalves; Fornazier, 2021) e “as disparidades entre brancos e negros no Brasil, sobretudo, quanto às oportunidades e acesso a direitos, marcam a população negra, historicamente marginalizada (Araújo, 2022, p.17) pela classe dominante. Devido a essa iniquidade, “ainda hoje percebemos que a maioria da população negra vive às margens da sociedade por falta de políticas públicas para atender essa demanda populacional” (Almeida; Leon, 2022).

Convém destacar que o termo “racismo” surgiu no início do século XX. Mas, enquanto fenômeno, já existia no início da Idade Moderna, associado às justificativas para o processo de colonização, escravidão e genocídio dos negros e indígenas (Miles, 1989 *apud* Lima *et al.*, 2020). Para Santos *et al.* (2012) *apud* Lima *et al.* (2020), três períodos históricos podem ser destacados no pensamento psicológico brasileiro sobre relações étnico-raciais:

- 1) período entre o final do século XIX e o início do XX, dominado pelo modelo médico que considerava os negros como inferiores biologicamente;
- 2) período entre 1930 e 1950, marcado pela introdução da Psicologia no ensino superior, caracterizou-se pela crítica às noções biológicas de

inferioridade racial e 3) período posterior a 1990, caracterizado pelos estudos sobre branqueamento e branquitude e pelos debates sobre Políticas de Ação Afirmativa (SANTOS *et al.*, 2012 *apud* LIMA *et al.*, 2020).

Ante o exposto, observa-se uma relação do racismo com a área da saúde nos três períodos históricos citados, além de estar relacionado com processos físicos e psicológicos que podem levar as pessoas ao adoecimento. O produto educacional deste trabalho aborda essa relação entre racismo, saúde e educação antirracista.

O racismo parte, portanto, de manifestações discriminatórias, influenciadas pela crença na existência de ‘raças’ e na sua desigualdade” (Pinheiro, 2023). Dessa forma, cultivou-se ao longo da história a ideia de que os negros, tanto os africanos como os afrodescendentes, são inferiores. Essa ideologia se prolonga por toda a história da sociedade brasileira e se entranha nas esferas social, política, econômica e, dentre outras, educacional (Souza *et al.*, 2022), apresentando-se, basicamente nas dimensões, individualista, estrutural e institucional (Almeida, 2020). A dimensão individualista é aquela que possibilita a punição do racismo e da injúria racial enquanto crimes, pois possibilita a identificação individual do autor da ação racista. A dimensão estrutural, está calcada nos processos políticos, culturais, econômicos e ideológicos que resultam na subalternização da população negra. A dimensão institucional, que nada mais é que um reflexo do racismo estrutural, se desdobra no âmbito de alguma organização específica, revelando processos de tratamento diferenciado e violências aos corpos negros que tentam acessar esses espaços. O racismo institucional se re produz, em contextos específicos, um quadro que faz com que os negros sejam persistentemente colocados em posições de inferioridade em relação à supremacia branca, que historicamente monopolizou os espaços de poder e de agência na sociedade brasileira (Eurico; Gonçalves; Fornazier, 2021). Percebe-se a partir disso a necessidade de conhecimento, compreensão e contextualização das questões raciais e dos processos de opressão social que mantêm a pessoa negra nesse lugar de desvantagens sociais promovidas pelo racismo ainda cultivado pela sociedade. Sobre essa questão, Conti (2022) afirma que:

No racismo institucional, o que se observa é a presença massiva de determinado grupo étnico-racial nas instituições, cuja presença fortalece a estrutura racista e excludente da sociedade, que se reforça nos espaços institucionais. Nessa forma de racismo, vimos o legislativo, o judiciário, o executivo, os serviços públicos, as reitorias das universidades e grandes corporações aparelhadas com pessoas do grupo hegemônico (Conti, 2022, p.16).

Dessa forma, pode-se perceber as manifestações do racismo institucional e seus efeitos, como barreiras que limitam e comprometem as condições de inclusão da população negra. Tais efeitos são percebidos por meio da deslegitimação de falas e conhecimentos de trabalhadores negros, distanciamento dos espaços institucionais decisórios, restrita participação em cargos de chefia e assessoramento, estranhamento e invisibilidade em alguns espaços, principalmente em cargos de mais prestígio e *status* sociais, dentre outras formas de expressões que reafirmam a lógica racista que atravessa a realidade das organizações públicas no Brasil (Ângelo; Arruda, 2023).

A respeito do exposto, Ribeiro (2019), em seu pequeno manual antirracista, traz à discussão as desigualdades nas oportunidades para negros e brancos, as quais ainda são enormes, mesmo após séculos de luta do movimento negro pelo fim da dominação racial, pela emancipação e empoderamento da população negra. A autora discorre ainda sobre a herança escravista, fenômeno que faz com que o mundo do trabalho seja permeado pelo racismo em suas diversas dimensões, o que demanda análise constante das práticas corporativas. Para ela, é necessário romper com a estratégia do “negro único,” assim sendo, não basta ter uma pessoa negra para considerar que determinado espaço de poder foi “dedetizado” contra o racismo. Ela também denuncia, ao longo do seu manual, que o baixo quantitativo de pessoas negras no ambiente de trabalho e a falta de acesso a cargos de destaque na instituição, como o cargo de gerência, por exemplo, pode deixar o espaço altamente suscetível às violências raciais. Essa herança escravista que subjuga a pessoa negra e naturaliza o racismo, tornando-o tão “normal”, favorece sua perpetuação na sociedade e nas instituições, sendo esse mal aprendido e replicado estruturalmente de forma inconsciente, gerando barreiras de acessibilidade em diversos espaços.

Apesar disso, no Brasil “prevalece a crença de vivermos em uma ampla harmonia de cores e etnias” (Lima; Lewis; Lira, 2021). Essa crença foi denominada pelo sociólogo Florestan Fernandes (2008) *apud* Lima; Lewis; Lira, (2021) de mito da democracia racial. Observando esse fenômeno no Ocidente, Fanon (2022, p.162) diz que a burguesia ocidental, embora seja fundamentalmente racista, consegue mascarar esse racismo ao multiplicar suas nuances, conservando assim intacta sua proclamação da “dignidade humana”. No entanto, um olhar mais atento constata que

vivemos em uma sociedade estruturada pelas relações e conflitos raciais que dificultam o acesso ao poder, à justiça, à terra, à moradia, à saúde, entre outros (Lima; Lewis; Lira, 2021). Como descrito por Araújo (2022), a nossa sociedade, valendo-se desse sistema de opressão, consciente ou inconscientemente, se comporta, pautada, muitas vezes, no mito da democracia racial, no fomento ao ódio traduzido também em preconceito e discriminação. Assim, as injustiças e desigualdades sociorraciais no Brasil costumam ser negadas, minimizadas ou ignoradas.

Em contrapartida, os movimentos sociais, em especial o movimento negro, desempenham papel fundamental nos processos de ressignificação e de politização da raça, disputando assim, consciência social, visibilidade e igualdade de direitos junto à sociedade e ao Estado brasileiro (Almeida; Leon, 2022). Essa luta tem gerado alguns resultados positivos, entre eles, o reconhecimento da existência do racismo por parte da sociedade e das instituições, como um problema a ser enfrentado, bem como a mudança no modo como as próprias pessoas negras se veem. Nessa conjuntura, no Brasil, em todos os seus estados, como por exemplo no Distrito Federal, tem ocorrido um movimento de crescimento no número de pessoas que se autodeclararam negras, evidenciando assim empoderamento e consciência social neste grupo. Conforme dados da Companhia de Planejamento do Distrito Federal (CODEPLAN), disponíveis na Pesquisa Distrital por amostra de Domicílios (PDPAD) 2021, a população total do Distrito Federal era de 3.010.881 pessoas, sendo 52,2% do sexo de nascimento feminino e 47,8% do sexo masculino; 40,93% brancos, 57,36% negros (46,25% de pardos, 11,11% de pretos), 1,39% amarelos e 0,33% de indígenas, sendo nesse cenário a população distrital majoritariamente parda, conforme autodeclaração. A maior concentração de negros(as) está na região da SCIA-Estrutural (75,4%), onde há também a maior taxa de homicídios por 100 mil habitantes (50,8). Já a menor concentração de negros(as) é observada no Lago Sul (32,7%), onde 66,8% da população se autodeclara como branca, 30,3% como parda e 2,4% negra. Comparando os dados de 2021 com as análises feitas em PDADs anteriores, percebe-se que o percentual de negros vem aumentando, sendo 53,93% em 2011 e 54,75% em 2015. De 2017 em diante, o percentual tem ficado em torno de 57%, conforme as PDPADs subsequentes (CODEPLAN, 2021, 2022). Esse indicativo de crescimento acompanha dados nacionais. De acordo com Jesus e Hoffmann (2020) os aumentos observados na porcentagem de negros no Brasil e nas suas

cinco macrorregiões foram devidos, quase que exclusivamente, à mudança ocorrida no modo como as próprias pessoas negras se veem. Assim, o que está ocorrendo na prática não é que no Brasil as pessoas estejam tornando-se negras, mas sim, que estão se assumindo como tal.

No que se refere às mudanças nas instituições que reconhecem a existência do racismo como um problema a ser enfrentado, o Ministério da Saúde, acompanhando tendências de outras instituições da esfera pública, vem publicando diversas normas infralegais como por exemplo as portarias que instituem as políticas e programas para o enfrentamento do racismo e promoção da equidade racial no SUS (Brasil, 2023; Brasil, 2009). Neste trabalho, utiliza-se o termo equidade, o que não pode ser confundido com igualdade. Equidade é um princípio de justiça social, além de ser um princípio fundamental e doutrinário do SUS, disposto na Lei 8080/1990 que trata sobre a organização e funcionamento do SUS. A equidade, no contexto de oferta de serviços em saúde, consiste na igualdade da assistência, sem preconceitos ou privilégios de qualquer espécie, objetivando assim, diminuir as disparidades, tratar desigualmente os desiguais, ou seja, reconhecer as diferenças e desproporções entre sujeitos, grupos e condições de saúde, oferecendo mais para quem necessita mais, com o intuito de proporcionar condições mais justas de acesso aos serviços de saúde. É nessa perspectiva que se faz a estratificação de riscos nos serviços de saúde, com a intenção de, entre outros objetivos, atender mais rápido e/ou em tempo oportuno, aqueles pacientes que estão mais graves ou que necessitam de intervenção em tempo oportuno, a fim de se prevenir complicações e mortes evitáveis (Brasil, 1990). “No contexto das relações etnico-raciais o sentido dessa palavra não é diferente, tendo em vista as desigualdades entre o grupo hegemônico e o grupo historicamente dominado, oprimido, marginalizado e exposto a crueldades, violências e humilhações” (Hooks, 2019, p.44). Assim sendo, percebe-se a equidade como um caminho urgente para que futuramente se possa conquistar a igualdade racial.

Em 2009, foi criada a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra (PNSIPN) que tem como objetivo delinear metas para a educação de profissionais e a produção de cuidado, objetivando o combate ao racismo institucional na saúde. Outra iniciativa do MS que merece destaque é o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (Brasil, 2023) que tem por objeto a criação e a ampliação das condições necessárias ao exercício da equidade de gênero e raça no âmbito do SUS. Uma das linhas de ação

desse programa é o oferecimento, pelo Ministério da Saúde, de processos formativos na área de equidade de gênero e raça no SUS. São objetivos gerais desse programa:

- I - promover a equidade de gênero e raça no Sistema Único de Saúde buscando modificar as estruturas machista e racista que operam na divisão do trabalho na saúde;
- II - enfrentar as diversas formas de violências relacionadas ao trabalho na saúde;
- III - acolher as trabalhadoras da saúde no processo de maternagem;
- IV - promover o acolhimento das mulheres considerando seu ciclo de vida no âmbito do trabalho na saúde;
- V - garantir ações de promoção e de reabilitação da saúde mental, considerando as especificidades de gênero e raça; e
- VI - promover a formação e educação permanente na saúde, considerando as interseccionalidades no trabalho na saúde (Brasil, 2023).

Em termos teóricos, pode-se afirmar que tal programa representa um grande avanço e abre espaços para ações de enfrentamento às iniquidades que operam dentro do sistema de Saúde do Brasil, como o racismo e as violências de gênero, por exemplo. Nesse aspecto, a PNSIPS considera que as iniquidades em saúde são resultados de injustos processos socioeconômicos e culturais que corroboram com a morbimortalidade das populações negras brasileiras, sendo o racismo um fator adoeecedor dessa população (Brasil, 2009).

Em termos das estruturas machistas e racistas que determinam a divisão sexual do trabalho no SUS (Brasil, 2023), segue-se a lógica historicamente estabelecida onde as profissões tipicamente femininas como a enfermagem, são geralmente relacionadas aos cuidados, expostas à desvalorização social e a violências.

De acordo com dados oficiais do Governo do Distrito Federal, publicados no portal info.saúde.df.gov.br, atualizados em 27/11/2024, o total de servidores da SESDF corresponde a 29.738 servidores, sendo 71,97% do sexo biológico feminino e 28,03% masculino. 53,05% autodeclarados(as) como brancos(as), 39,55% pardos(as), 6,54% pretos(as) e 0,74% amarelos(as). Do total de servidores, 8.777 são técnicos em enfermagem, em sua maioria mulheres (85,12%) e negras (47,41% parda e 7,89% preta). 4.155 são enfermeiros(as), sendo 83,97% autodeclarados(as) do sexo biológico feminino. Entre os enfermeiros(as) 51,84%, são autodeclarados(as) como brancos(as) e 47,62% como negros(as), sendo 40,4% pardos(as) e 7,22% preto(as). Entre os médicos(as), 71,7% são autodeclarados como brancos(as), 24,91% pardos(as) e apenas 2,17% pretos(as), sendo 54,79% do sexo feminino e

45,21% do sexo masculino. Essas são as 3 categorias profissionais mais numerosas na SESDF e são profissões majoritariamente ocupadas por mulheres por se tratar de cuidados.

A esse respeito, Nogueira e Passos (2020), a partir de pesquisas sobre o trabalho feminino, destacaram o trabalho doméstico e de cuidados, compreendendo que esses são executados majoritariamente por mulheres negras e pobres. Já as ocupações historicamente masculinas, são socialmente mais valorizadas e relacionadas aos espaços de poder e dominação.

Seguindo essa lógica histórica, embora não haja hierarquia entre a equipe de enfermagem em relação a outras categorias profissionais da saúde, há uma crença na sociedade de que a enfermagem é submissa à categoria médica, tal crença é apenas reflexo da cultura machista e sexista da sociedade que carrega a ideia de dominação do sexo masculino sobre o feminino. Porém, é necessário desmistificar a enfermagem como profissão submissa, pois ao contrário do que se pode pensar, é o profissional enfermeiro (a) que carrega a responsabilidade de conduzir a equipe de enfermagem, fornecer pareceres sobre esse assunto e tomar decisões em relação a essa equipe. A respeito disso, a Lei 7.498 de 1986, que dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem, discorre em seu texto que somente o (a) enfermeiro (a) pode exercer a direção dos serviços de enfermagem, sendo vedado a qualquer outro profissional o desempenho desse papel, sob pena de incorrer como exercício ilegal da profissão. Nesse aspecto a lei lista as atividades que não podem ser exercidas por outros profissionais:

Art. 11. O Enfermeiro exerce todas as atividades de enfermagem, cabendo-lhe:

I - **privativamente:** a) direção do órgão de enfermagem integrante da estrutura básica da instituição de saúde, pública e privada, e chefia de serviço e de unidade de enfermagem; b) organização e direção dos serviços de enfermagem e de suas atividades técnicas e auxiliares nas empresas prestadoras desses serviços; c) planejamento, organização, coordenação, execução e avaliação dos serviços da assistência de enfermagem; d) (VETADO); e) (VETADO); f) (VETADO); g) (VETADO); h) consultoria, auditoria e emissão de parecer sobre matéria de enfermagem; i) consulta de enfermagem; j) prescrição da assistência de enfermagem; l) cuidados diretos de enfermagem a pacientes graves com risco de vida; m) cuidados de enfermagem de maior complexidade técnica e que exijam conhecimentos de base científica e capacidade de tomar decisões imediata (Brasil, 1986).

A enfermagem brasileira é, de fato, predominantemente feminina, sendo compreensível do ponto de vista do machismo e sexismo estrutural, porém inadmissível do ponto de vista ético e legal, essa ideia de submissão da enfermagem à outra categoria. De acordo com dados do Conselho Federal de Enfermagem (Cofen) sobre o perfil da enfermagem, produzidos em 2013 e publicados em 2017, 85,1% da força de trabalho da enfermagem são mulheres. No entanto, registrou-se a presença de 14,4% de homens nesse período. Por ser composta majoritariamente por mulheres e negras (53,3%), a enfermagem brasileira frequentemente sofre violências no trabalho, além da desvalorização (Cofen, 2017). No entanto, quando se trata de racismo, nem mesmo os médicos - que compõem a profissão mais valorizada da área da saúde - estão isentos desse mal. Sobre a educação profissional médica, Borret *et al.* (2020) citam que o ambiente institucional das escolas de Medicina é permeado por violências, inclusive a violência racial e que a não abordagem dessas questões nesse espaço, não o impede de ser um espaço perpetuador desse problema em suas diferentes dimensões. Esses autores, também denunciam o racismo interpessoal entre profissionais da saúde que o reproduzem também na oferta de cuidado, enfatizando que cabe a cada profissional e instituição de saúde a decisão diária de silenciar e reproduzir ou de ativamente implicar-se no combate ao racismo na saúde.

A partir disso, percebe-se que “os desafios estão além do campo acadêmico e se mostram cada vez mais necessários na proposição de ações efetivas que busquem por elidir as iniquidades raciais em saúde ” (Lima; Lewis; Lira, 2021). Essa realidade nos leva a pensar na necessidade de desconstrução do racismo, não somente no espaço acadêmico, mas também após a formação dos profissionais de saúde, no ambiente onde a práxis profissional é efetivada, nas instituições de saúde.

Nessa perspectiva, ao considerar o trabalho como princípio educativo e os seres humanos como seres históricos e sociais capazes de transformar a realidade, destaca-se a necessidade de integrar a Educação Antirracista à Educação Profissional, a fim de formar sujeitos capazes de atuar na sociedade, em especial no ambiente de trabalho, promovendo assim a desconstrução do racismo estrutural e institucional. Nesse sentido, a professora Marise Ramos, ao discutir a concepção de trabalho como princípio educativo afirma que:

Considerar o trabalho como princípio educativo equivale dizer que o ser humano é produtor de sua realidade e, por isto, se apropria dela e pode transformá-la. Equivale dizer, ainda, que nós somos sujeitos de nossa

história e de nossa realidade. Em síntese, o trabalho é a primeira mediação entre o homem e a realidade material e social (Ramos, 2014 p.90).

Pensando no trabalho como primeira mediação entre o homem e a realidade social, nota-se a importância da atuação da luta antirracista por meio de ações educativas antirracistas nesse espaço, a fim de promover debates que fomentem e alicercem o combate ao preconceito, à discriminação e a todas as formas de violência racial que atingem a população negra e “impacta sobre seus membros de forma coletiva” (Soares; Silva, 2020).

A Educação Antirracista pode ser entendida como “um modelo de educação em que se tem um compromisso real de estabelecer ações políticas de mobilização e de conscientização das práticas antirracistas (Sousa *et al.*, 2023). Para Sousa *et al.*, (2022) a necessidade da Educação Antirracista vem da realidade social brasileira e não como um elemento pensado pelas políticas públicas ou oriundo da própria educação escolar. O enfrentamento do Racismo e do Mito da Democracia Racial e de suas ressonâncias que marginalizam as populações negras e negam suas culturas e histórias é base para a Educação Antirracista. Segundo Cavalleiro (2001 *apud* Santos G; Santos O e Kadri, 2021), a educação antirracista tem como princípios:

O reconhecimento da existência do problema racial na sociedade brasileira; a busca permanente por espaços de reflexão sobre o racismo e seus derivados no contexto escolar; o repúdio e a intervenção a qualquer atitude preconceituosa e discriminatória na sociedade e no espaço escolar e o cuidado para que as relações entre negros e brancos (crianças e adultos) sejam respeitadas; promoção da igualdade por meio do reconhecimento e valorização da diversidade do contexto escolar, encorajando a participação de todos os atores sociais; ensino crítico da história dos diferentes grupos sociais, étnicos e raciais que constituem a história brasileira; busca de materiais que promovam a ruptura com o eurocentrismo dos currículos escolares, materiais didáticos e práticas de ensino e que, além disso, promovam a diversidade racial, assim como o estudo da história e cultura do povo negro; pensar meios de educar para o reconhecimento positivo da diversidade racial; e, por fim, elaborar ações que possibilitem o fortalecimento do auto-conceito de alunos e alunas pertencentes a grupos discriminados.

Para entender a Educação Antirracista, sua finalidade, importância e urgência na construção de uma sociedade mais justa rumo à emancipação, é importante ter uma visão dialética sobre o contexto histórico da população negra, suas vivências, saberes e luta contra-hegemônica no decorrer da história. “Compreende-se que, para entender a Educação Antirracista, é necessário observar a atuação do Movimento Negro como sistematizador e propagador dos saberes oriundos das vivências dos

povos negros” (Sousa *et al.*, 2022). Assim sendo, pode-se dizer que para a compreensão da Educação Antirracista em seus propósitos e necessidades, é importante compreender antes, a historicidade dos povos de origem africana, o processo de escravização e lutas pelos espaços que sempre lhes foram negados de forma historicamente violenta e, por fim, entender as formas de manifestação do racismo na atualidade em busca de estratégias para seu enfrentamento.

No que se refere às diferentes esferas de atuação do Movimento Negro, a educação é eleita como um espaço primordial de intervenções sociais que abrangem desde o direito ao acesso, até a descolonização dos currículos. Assim, as propostas apresentadas pelo Movimento Negro ganharam destaque nos anos de 1990, sobretudo nos contextos da produção acadêmica brasileira, pelos quais as pesquisas começaram a incorporar outros aspectos e categorias para além da dimensão socioeconômica (Passos; Gaudio, 2020, p. 252).

Em decorrência das diversas lutas do Movimento Negro no Brasil (Silva *et al.*, 2023), dada a relevância do problema, em 09 de janeiro de 2003 foi sancionada a Lei 10.639 que altera a Lei n 9.384 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, incluindo no conteúdo programático a luta dos negros no Brasil:

Art. 1º A Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, passa a vigorar acrescida dos seguintes arts. 26-A, 79-A e 79-B:

Art. 26-A. Nos estabelecimentos de ensino fundamental e médio, oficiais e particulares, torna-se obrigatório o ensino sobre História e Cultura Afro-Brasileira.

§ 1º O conteúdo programático a que se refere o **caput** deste artigo incluirá o estudo da História da África e dos Africanos, a luta dos negros no Brasil, a cultura negra brasileira e o negro na formação da sociedade nacional, resgatando a contribuição do povo negro nas áreas social, econômica e política pertinentes à História do Brasil.

§ 2º Os conteúdos referentes à História e Cultura Afro-Brasileira serão ministrados no âmbito de todo o currículo escolar, em especial nas áreas de Educação Artística e de Literatura e História Brasileiras (Brasil, 2003).

A formação articulada pela Base Nacional Comum Curricular (BNCC), documento normativo que estabelece as diretrizes e orientações que devem guiar a educação geral básica nas escolas brasileiras, não contempla a educação antirracista de fato e foi formulada para atender determinações jurídicas e interesses hegemônicos da classe burguesa, deixando de lado as pautas dos movimentos sociais, priorizando a formação técnica em detrimento de uma formação crítica e

emancipatória, baseada no multiculturalismo pluriétnico (Silva L.; Silva C., 2021). Dessa forma, a luta pela igualdade racial e pelo fim do racismo continua em busca de espaços na sociedade, nas instituições públicas e privadas, bem como nos espaços educacionais onde ainda não se observa a promoção da educação antirracista de fato:

[...] é possível perceber que a BNCC está contemplando a Educação Para as Relações Étnico-Raciais para atender as determinações jurídicas; porém, tanto o documento quanto as orientações para trabalhar as TCTs não apresentam em sua essência elementos que nos permitem observar a promoção ou possibilidades de uma educação antirracista. Pelo contrário, temos exposição de conteúdos curriculares que são trabalhados de forma individualizada de acordo com o objetivo de cada área do conhecimento e a partir de conteúdos que já fazem parte do currículo da Educação Básica (Silva L.; Silva C., 2021).

Outro marco importante no Brasil, na área de educação profissional e conseqüentemente no mundo do trabalho foi a publicação da Lei nº 12.711 de 2012, posteriormente alterada pela Lei nº 13.409 de 2016, dispondo assim sobre o ingresso de pessoas autodeclaradas pretas, pardas e indígenas e de pessoas com deficiência nas universidades federais e nas instituições federais de ensino técnico de nível médio, o que trouxe maior acessibilidade dessa população ao ensino profissional e tecnológico e, conseqüentemente, ao mundo do trabalho (Brasil, 2012). Sob esta lógica, pode-se dizer que “as cotas raciais, além de oportunizar o acesso à educação, possibilitam à população negra um avanço social, pois é uma forma de minimizar a diferença existente entre os grupos sociais” (Almeida; Leon, 2022).

No entanto, essas ações fragmentadas ou isoladas, não são suficientes para o enfrentamento do problema. É necessário pensarmos em novas construções políticas para a mudança desse quadro (Almeida; Leon, 2022). É indispensável também “[...] que os nossos esforços permaneçam inclinados para a humanização das vítimas dos diversos racismos” (Silva, 2023), nos diversos espaços, onde as relações sociais se desenvolvem, sendo igualmente importante a instituição de ações educativas contínuas nos ambientes de trabalho para a promoção da humanização dos trabalhadores negros, pois mesmo após a formação e acesso ao mundo do trabalho, essas pessoas continuam enfrentando discriminação e preconceito racial, mesmo quando ocupam cargos de prestígio e alcançam a ascensão social. Conceição (2021) reforça esse argumento, enfatizando que a ascensão social e a ocupação de cargo de prestígio, não elimina a discriminação racial perpetrada pelos mecanismos institucionais e nas relações interpessoais. Assim, conclui-se que a

superação do racismo e da discriminação racial não se restringe a uma atitude isolada, a uma consciência singular nem a uma única profissão. Uma sociedade livre de todas as formas de exploração e opressão, só pode ser construída no campo das lutas sociais (Eurico; Gonçalves; Fornazier, 2021). Nesse sentido, a educação antirracista discutida nesta fundamentação teórica, é aprofundada em capítulo específico do produto educacional, buscando contribuir para a superação do racismo e ressignificação do povo negro.

3. PERSPECTIVA METODOLÓGICA

O estudo em questão, foi desenvolvido a partir do macroprojeto 6, que trata sobre a organização de Espaços Pedagógicos na EPT, dentro da linha de pesquisa 2 “Organização e Memórias de Espaços Pedagógicos na EPT” do Mestrado Profissional em Educação Profissional e Tecnológica do IFB. Essa linha de pesquisa, aborda os processos de concepção e organização do espaço pedagógico na Educação Profissional e Tecnológica, com foco nas estratégias transversais e interdisciplinares, que possibilitam a formação integral e significativa do estudante, sustentados no trabalho como princípio educativo e na pesquisa como princípio pedagógico, em espaços formais e não formais. Considera, também, a construção temporal, através dos estudos de memória da Educação Profissional e Tecnológica, que ao longo do tempo, vem configurando os processos de ensino e de organização de seus espaços pedagógicos. O macroprojeto 6, abriga projetos que trabalham questões relacionadas à organização e planejamento de espaços pedagógicos, formais e não formais, da pesquisa, do ensino, da extensão e da gestão da EPT. Os projetos contidos dentro do macroprojeto 6, devem investigar as relações desses espaços pedagógicos com a EPT e as suas interlocuções com o mundo do trabalho e os movimentos sociais. Neste trabalho, por exemplo, fez-se uma abordagem que engloba o mundo do trabalho, o planejamento do ensino antirracista que pode ser aplicado nos espaços de educação formal e não formal e o Movimento Negro, que é um movimento social de grande relevância.

Trata-se de uma pesquisa empírica, reputada como exploratória, quanto aos objetivos, conforme Gil (2002), com abordagem mista, conforme Mattar e Ramos (2021), cuja realidade foi interpretada a partir do materialismo histórico e dialético (Leite, 2017). Os procedimentos metodológicos adotados nesta pesquisa foram o

levantamento bibliográfico (Mattar; Ramos, 2021), a construção do estudo sobre o estado do conhecimento segundo Silva, Souza e Vasconcellos (2020), e a pesquisa de campo propriamente dita, na qual foram utilizados, como instrumentos de coleta de dados, um questionário socioeconômico, disponível no anexo II, e a Escala de Racismo Revitimizador (Lima et al., 2020), disponível no anexo III. A coleta de dados foi realizada no período de 31/07 a 23/08/2024, integralmente de forma online por meio da plataforma *Google Forms*.

De acordo com Gil (2002) citando Selltiz *et al.* (1967, p. 63), a pesquisa exploratória tem como objetivo proporcionar maior familiaridade com o problema, com vistas a torná-lo mais explícito ou a constituir hipóteses. Pode-se dizer também, a partir dessa referência que o objetivo principal da pesquisa exploratória é o aprimoramento de ideias ou a descoberta de intuições e que seu planejamento é bastante flexível, possibilitando a consideração dos mais variados aspectos relativos ao fenômeno estudado. Segundo o autor, na maioria dos casos, essas pesquisas envolvem levantamento bibliográfico, entrevistas com pessoas que tiveram experiências práticas com o problema pesquisado e análise de exemplos que estimulem a compreensão. Já a abordagem mista, por sua vez, “incorpora elementos das abordagens qualitativas e quantitativas, procurando, assim, gerar uma perspectiva mais completa dos fenômenos estudados” (Mattar; Ramos, 2021).

A perspectiva materialista histórica e dialética, enquanto método de pesquisa, não possui um roteiro a ser seguido frente ao objeto pesquisado, mas possibilita que se parta de uma compreensão concreta da realidade em estudo, não apenas com o intuito de compreender os fenômenos, mas também para indicar possíveis intervenções na realidade pesquisada. Assim, o processo dialético, as dimensões diacrônica e materialista da realidade, a consciência dinâmica, a totalidade, contradição e a mediação são interfaces fundamentais para a compreensão do objeto a partir desse método:

O materialismo histórico-dialético é um método de interpretação da realidade considerado como a teoria do conhecimento do marxismo originário. Ele se contrapõe aos dualismos dicotômicos próprios da lógica formal ao seguir os preceitos da lógica dialética. Defende a superação da dicotomia sujeito-objeto, pois infere que sujeito e objeto são dois aspectos de uma mesma realidade em contradição e em unidade indissolúvel dos opostos. Assim, a unidade sujeito/objeto do conhecimento exige a compreensão concreta de ambos e fortalece a necessidade de entendermos que vivemos em uma sociedade essencialmente alienada/alienante que precisa ser superada. O processo dialético parte da análise de pólos contraditórios que em um confronto superam o momento anterior,

produzindo, através da própria ação sobre a realidade, uma nova realidade pensada. Essa realidade encontra-se em movimento e é constituída por contradições, do mesmo modo que a consciência é dinâmica e se encontra em movimento pelas mesmas contradições. O método compreende que a realidade objetiva é histórica e para explicá-la cabe revelar sua dimensão diacrônica (ocorrida ao longo do tempo), permitindo, assim, observar essa realidade como processo em desenvolvimento (Leite, 2017, p. 847).

É a partir dessa dimensão diacrônica da realidade que, inicialmente, foi realizado um levantamento bibliográfico das produções científicas dos últimos 5 anos, com vistas a construir o estudo sobre o estado do conhecimento acerca do tema, numa perspectiva dialética e materialista, buscando compreender a totalidade e contradições do objeto em estudo.

O que caracteriza o levantamento bibliográfico é não haver análise nem discussão dos resultados da busca. Seu produto, portanto, é uma bibliografia apresentada em forma de lista. O procedimento, dessa forma, pode ser considerado uma etapa prévia para a fundamentação teórica de um trabalho ou mesmo para a realização de uma revisão de literatura (Mattar; Ramos, 2021). A finalidade do levantamento bibliográfico é coletar referências disponíveis sobre determinado tema. Já o estado do conhecimento é descrito de formas diferentes a depender do autor. De acordo com Silva, Souza e Vasconcellos (2020), as terminologias “Estado da Arte” e “Estado do Conhecimento” têm sido utilizadas no Brasil como sinônimo de diferentes e variadas pesquisas, entretanto, isso não é consenso. A exemplo disso, a seguir o estado do conhecimento é apresentado pelos autores como sinônimo do estado da arte e revisão narrativa:

O objetivo do levantamento bibliográfico seria levantar todas as referências sobre determinado tema. A revisão de literatura ou bibliográfica já envolveria discussão sobre o material levantado. O estado da arte, por sua vez, envolveria um aprofundamento da análise, podendo também ser denominado estado do conhecimento - concebido, às vezes, como um estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre o tema estudado - ou revisão narrativa (Vosgerau; Romanowski, 2014 *apud* Mattar; Ramos, 2021).

Segundo Brandão *et al.* (1986, p. 7) *apud* Silva, Souza e Vasconcellos (2020) estado da arte e estado do conhecimento são estudos que sistematizam o que foi produzido durante um período de tempo e área de abrangência, observando rastros deixados no percurso histórico de suas produções, porém há diferenças entre eles, apesar de serem comumente utilizados como sinônimos em variadas investigações.

Neste trabalho foi adotado o entendimento de Soares e Maciel (2000) *apud* Silva, Souza e Vasconcellos (2020) de que o estado do conhecimento é uma revisão crítica assim como o estudo do estado de arte, porém é uma metodologia mais restrita, um estudo que aborda apenas um setor das publicações sobre um determinado tema. Para essas autoras “a multiplicidade de trabalhos nas diferentes áreas e nas ênfases diversas, não colaboram para integrar as pesquisas e seus resultados, além de não explicar as contradições e as incoerências encontradas” (Soares, Maciel (2000), *apud* Silva, Souza, Vasconcellos (2020)). Portanto, um primeiro passo a ser dado, conforme essas autoras, é elaborar um “Estado do Conhecimento” com a identificação dos aspectos que têm sido valorizados e os referenciais teóricos que vêm subsidiando as pesquisas nos últimos anos.

Após a realização do levantamento bibliográfico e a construção do estudo sobre o estado do conhecimento sobre o tema, o projeto de pesquisa foi qualificado e enviado para o Comitê de Ética e Pesquisa (CEP), sendo aprovada pelo CEP do Centro Universitário IESB/Brasília no dia 29 de maio de 2024, sob o parecer consubstanciado de número 6.856.641. Após aprovação no CEP, partiu-se para a coleta de dados. O formulário para coleta de dados da pesquisa foi composto pelo Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE), disponível no anexo I, questionário socioeconômico, disponível no anexo II e Escala de Racismo Revitimizador (ERR), disponível no anexo III.

A pesquisa foi divulgada por meio da rede social WhatsApp em 5 grupos de trabalhadores da SESDF, os quais contemplam trabalhadores das diversas categorias profissionais distribuídas em diversas unidades de saúde da SESDF, incluindo atenção básica, ambulatorial e hospitalar. Ao aceitar participar da pesquisa, o trabalhador(a) concordou com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (TCLE) e informou os dados socioeconômicos antes de responder à ERR.

A coleta de dados foi realizada integralmente de forma online por meio da plataforma *Google Forms*. A amostra da pesquisa foi composta por 71 servidores da Secretaria de Estado de Saúde do Distrito Federal (SESDF), das diversas categorias profissionais que aceitaram ser voluntários (as) a participarem da pesquisa. Nessa etapa foi aplicado o questionário para coletar dados socioeconômicos dos participantes: Sexo, idade, raça, nível de escolaridade, categoria profissional, renda familiar, dados sobre religião, espectro político e questionamentos sobre possíveis manifestações de racismo na SESDF. Após responder ao questionário

socioeconômico, disponível no anexo II, o participante respondeu à Escala de Racismo Revitimizador - ERR (Lima *et al.*, 2020), a qual está disponível no Anexo III. Esse instrumento é composto por 10 afirmações, onde o participante indica seu nível de concordância com tais afirmações em uma escala do tipo Likert que varia entre 1 e 5, onde 1 corresponde a “discordo totalmente”, 2 “discordo”, 3 “neutro”, 4 “concordo” e 5 “concordo totalmente”. Assim sendo, os participantes foram orientados a atribuir pontuação de 1 a 5 a cada afirmação disposta na escala de acordo com o seu grau de concordância. A legenda foi posicionada abaixo da escala, indicando o nível de concordância ou discordância que cada pontuação representa. Ao final da pesquisa, fez-se a somatória da pontuação de cada participante nos 10 itens da escala. Dessa forma, a pessoa que discordou totalmente de todas as afirmações, obteve pontuação 10, que é a pontuação mínima e a que concordou totalmente com todas as afirmações obteve pontuação 50, que é a pontuação máxima. Assim, a pontuação dos participantes da pesquisa com a ERR varia de 10 a 50 pontos, de acordo com o grau de concordância com os itens da escala. Quanto maior a pontuação, maior o nível de racismo.

O referido instrumento de coleta de dados apresentou parâmetros psicométricos adequados no estudo de validação ($\alpha = 0,91$) e é a escala mais adequada, à realidade brasileira, segundo seus autores, para medição do racismo contemporâneo. Esse instrumento possibilita o conhecimento das concepções dos participantes da pesquisa acerca das questões raciais dispostas nesses 10 itens que compõem a escala, além de fornecer dados para realização de cruzamento de informações e realização de diversas outras análises.

A pesquisa ofereceu riscos mínimos, pois não expôs os participantes a riscos físicos ou biológicos, porém, é possível que tenham sido expostos aos seguintes riscos psicológicos: Desconfortos por ter que disponibilizar tempo para responder ao questionário ou por entrar em contato com o tema, cansaço ou constrangimentos ao responder aos questionários, estresse, medo de não saber responder as perguntas, alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica e alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre o tema.

A partir desse desenho metodológico, foi possível explorar as concepções dos trabalhadores da SESDF acerca das questões raciais, associando os resultados ao

referencial teórico de forma a compreendê-los a partir dos movimentos históricos e dialéticos que permeiam essas questões, abordando as interseccionalidades e contradições envolvidas na problemática, bem como as suas formas de enfrentamento, entre as quais, se visualiza a educação antirracista, tema do produto educacional desta pesquisa.

4. ANÁLISE DOS DADOS (RESULTADOS E DISCUSSÕES)

A análise dos dados foi realizada em duas etapas. Na primeira etapa foram aproveitadas as análises dos dados socioeconômicos realizadas no Google Formulários. Dessa forma, foi feita a análise estatística descritiva dos dados coletados e elaborados gráficos referentes a todas as questões de acordo com as perguntas do formulário e respostas dos participantes. Nesse contexto, ao clicar no menu respostas, o Google mostra as respostas já com os gráficos prontos. Um exemplo disso é quando perguntamos qual o sexo biológico dos participantes de uma pesquisa e colocamos 2 opções (masculino e feminino). O Google formulários irá contabilizar o total de respostas e gerar um gráfico mostrando a porcentagem de pessoas do sexo feminino e do sexo masculino, além de apontar o total de respostas. Essa ferramenta facilita e simplifica a análise dos dados coletados.

Além disso, este formulário possibilitou a transferência automática dos dados da pesquisa para uma tabela, onde foi possível fazer a somatória da pontuação de cada participante avaliado por meio da escala ERR, chegando à pontuação total de cada um dos participantes da pesquisa nessa escala, formando 1 coluna com a pontuação total de cada pessoa. Isso foi muito importante, pois foi a partir dessa pontuação total que se pôde fazer a análise descritiva dos dados, calculando as médias aritméticas da pontuação na ERR de cada categoria criada no formulário de coleta de dados.

Assim, a segunda etapa consistiu na análise descritiva das relações entre as categorias criadas a partir dos dados socioeconômicos e as pontuações na ERR. Os dados foram analisados nessa segunda fase no software IBM Statistical Package for the Social Sciences (SPSS).

No que tange aos resultados deste estudo, 71 trabalhadores responderam à pesquisa após concordarem com o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido, sendo 100% servidores concursados, 67,6% do sexo feminino e 32,4% do sexo

masculino, reiterando assim a divisão sexual do trabalho já discutida no referencial teórico, abordada pelo Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde (Brasil, 2009) e reiterada pela afirmação de Nogueira e Passos (2020), de que as atividades de cuidado são exercidas majoritariamente por mulheres. O quadro a seguir sintetiza as principais características socioeconômicas da amostragem:

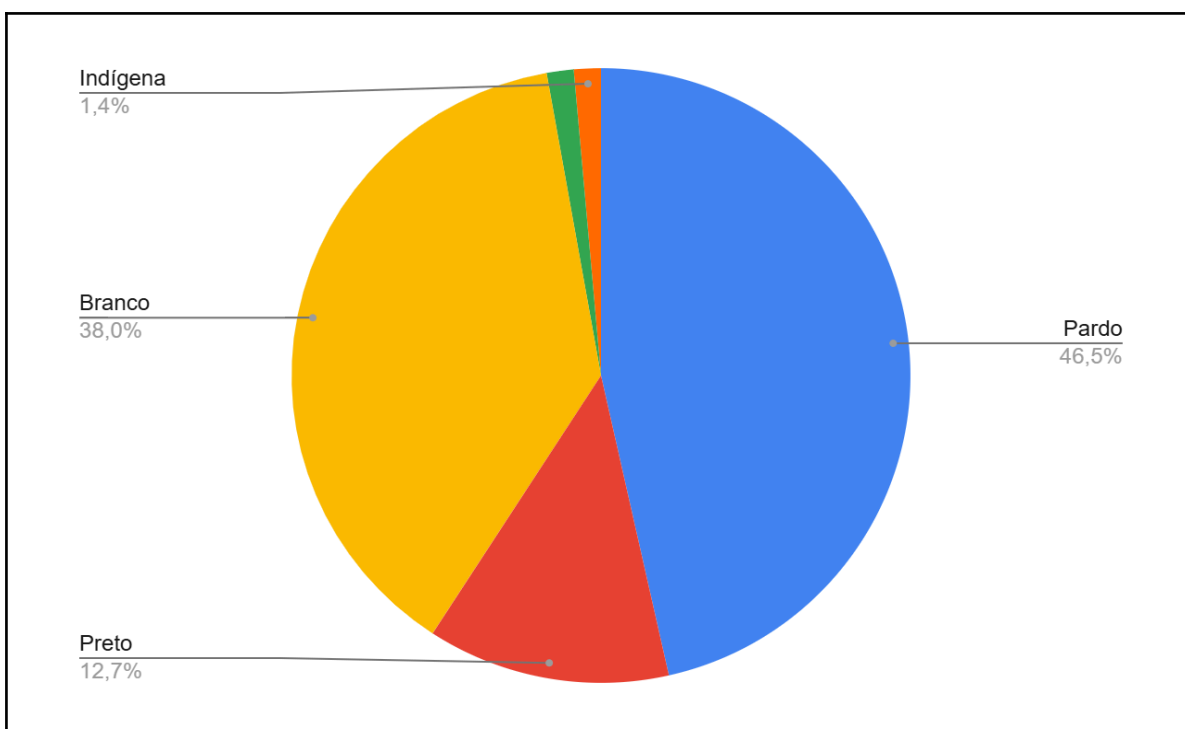
Tabela 1 - Características da amostra

Faixa Etária	%	Renda	%	Escolaridade	%	Religião	%	Categoria Profissional	%
18 a 28	19,7	1 a 6	36,6	Doutorado	0	Católico	35,2	Enfermeiro	57,7
29 a 39	29,6	6 a 9	23,9	Mestrado	7,0	Evangélico	26,8	Técnico em Enfermagem	9,9
40 a 50	38,0	9 a 12	19,7	Especialização	67,6	Espírita	4,2	Médico	5,6
51 a 60	9,9	12 a 15	15,5	Graduação	23,9	Não tem religião	23,9	Motorista	11,3
Acima de 60	2,8	Mais de 15	4,2	Ensino médio/Técnico	1,4	Outras	9,9	Outros **	11

Elaboração: Santos (2024).

Entre esses 71 trabalhadores, 59,2% se autodeclararam como negros (as) (46,5% pardos e 12,7% pretos), 38% brancos, 1,4% amarelos e 1,4% indígenas:

Gráfico 4 - Autodeclaração da cor/raça da amostra.



Elaboração: Santos (2024).

Conforme dados da CODEPLAN (2021), disponíveis na Pesquisa Distrital por Amostra de Domicílios (PDPAD), 57,36% da população do Distrito Federal se autodeclara como negra, sendo 46,25% como parda e 11,11% com preta, estando essa população do DF bem representada na amostra estudada nesta pesquisa realizada na SESDF. Tal amostra é composta majoritariamente pela enfermagem e por ocupantes de cargos de nível médio. Entre os (as) 42 trabalhadores(as) que se autodeclararam como negros(as), foi solicitado que respondessem no questionário de coleta de dados se já sofreram racismo em ambientes da SESDF, porém, 49 pessoas responderam à pergunta, sendo 7 delas não negras, sendo excluídas as respostas dessas 7 pessoas por não serem negras, chegando-se assim ao resultado de que entre os 42 trabalhadores negros que participaram da pesquisa, 30 (71,4%) responderam que ainda não sofreram racismo e 12 (28,6%) responderam que já sofreram racismo nos ambientes da SESDF.

No que diz respeito à falta de representatividade em cargos de destaque por pessoas negras, aspecto amplamente discutido por Djamilia Ribeiro (2019), foi realizada a seguinte pergunta aos participantes: Conforme dados da CODEPLAN, disponíveis na Pesquisa Distrital por amostra de Domicílios (PDPAD) 2021, 57,36% da população do Distrito Federal se autodeclara como negra (46,25% de pardos,

11,11% de pretos). Considerando esse cenário, na unidade onde você desenvolve suas atividades, há coerência entre essa estatística e o número de pessoas negras em cargos de chefia? Em resposta a essa pergunta, 74,6% dos participantes responderam que o número de pessoas negras em cargos de gestão na SESDF é inferior ao esperado, considerando como ponto referencial, o total de pessoas negras na instituição e na população.

Algumas contradições foram identificadas nos resultados da pesquisa. A primeira é que apenas 28,6% dos negros (pretos e pardos) informaram que já sofreram racismo na SESDF. Essa informação, no entanto, sugere que é possível que os negros (pretos e pardos) ainda não saibam identificar situações que se caracterizam como racismo, pois os demais resultados confrontam essa afirmação ao mostrar que 73,7% da amostra total informa que já presenciou situações de racismo na SESDF e 74,6% reconhece a falta de representação negra nos cargos de gestão nessa instituição. A segunda contradição é que 89,9% da amostra nega ser racista, enquanto 73,7% dessa mesma amostra diz que já presenciou situações de racismo nessa instituição. Diante disso, pergunta-se: quem estaria praticando atos de racismo dentro da SES, se os trabalhadores não se consideram racistas? Esse fenômeno pode ser explorado em outras investigações, porém, Schwarcz (1996) publicou resultados de uma pesquisa que possibilita a compreensão desse achado, onde 97% dos entrevistados afirmaram não ter preconceito, porém 98% afirmaram conhecer pessoas preconceituosas, como parentes, amigos e pessoas próximas. Desse modo, apesar de muitas pessoas até reconhecerem o racismo como um problema e serem capazes de identificá-lo, elas negam que podem também ter atitudes racistas, talvez por ainda não reconhecerem que o racismo é estrutural (Almeida, 2020) e nos constitui psicologicamente, formando nossa noção de mundo, como defende Pinheiro (2023), moldando nossos pensamentos e atitudes e forjando nossas decisões.

Pensando nessa dificuldade das pessoas reconhecerem o racismo e de assumirem que podem ter atitudes racistas, buscou-se uma forma de extrair essa informação utilizando a Escala de Racismo Revitimizador (ERR). Nessa fase identificou-se que apenas 1 participante pontuou nota mínima na ERR, sendo do sexo feminino, parda, de espectro político de centro, evangélica, com nível de escolaridade de especialização. Foi identificado também apenas 1 indivíduo que pontuou nota máxima, sendo de sexo masculino, autodeclarado como amarelo, de

espectro político de extrema direita, evangélico, com nível de escolaridade de especialização. Esse participante da pesquisa respondeu no questionário socioeconômico que não se considera uma pessoa racista, no entanto, concordou totalmente com todas as afirmações da escala. Em contrapartida, a participante que obteve nota mínima na escala, informou que considera-se racista, apesar de discordar totalmente de todas as afirmações da escala. Em seguida foram calculadas as médias na ERR de cada categoria criada a partir de dados coletados sobre sexo, idade, religião, espectro político e escolaridade, conforme tabelas a seguir:

Tabela 2 - Pontuação na ERR e Sexo biológico.

Pontuação ERR * Sexo			
Pontuação ERR			
Sexo	Média	N	Erro Desvio
Feminino.	18,69	48	5,593
Masculino.	24,26	23	8,900
Total	20,49	71	7,266

Elaboração: Santos (2024).

A partir do cruzamento de dados da ERR e os dados coletados por meio do formulário socioeconômico, observou-se que a média da nota na ERR foi de 20,49, para o total da amostra. Isso significa dizer que os servidores da SESDF ficaram de forma geral com média de 20,49, o que indica ainda a prevalência de opiniões racistas que precisam ser combatidas na SESDF. Os resultados encontrados nessa análise, mostraram ainda que os homens são mais propensos a manifestação do racismo que as mulheres, ficando inclusive com média (24,26), acima da aferida no total da amostra (20,49).

Quando se faz essa análise em relação à faixa etária, observa-se um aumento progressivo da média diretamente proporcional à idade. Ao analisar a próxima tabela, é possível imaginar que a falta da educação antirracista e das discussões sociais sobre o racismo durante a vida escolar e acadêmica das pessoas no passado, não somente influencia, mas explica a manutenção do racismo nas faixas etárias mais avançadas. Com o advento da Lei 10.639 de 2003, que altera a Lei n 9.384 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo da rede de ensino a obrigatoriedade da

temática “História e Cultura Afro-Brasileira”, incluindo no conteúdo programático a luta dos negros no Brasil, as pessoas mais jovens tiveram acesso à educação antirracista, mesmo que de forma bastante restrita e tímida e isso fez muita diferença na sociedade e no modo como as pessoas veem as questões raciais. Por outro lado, as gerações que não tiveram acesso a essa educação introduzida por essa lei, não tiveram a oportunidade de aprender de forma mais acessível sobre as questões raciais. Desse modo, quanto maior a idade, maior a média na ERR e, conseqüentemente, maior o nível de racismo, como se vê na tabela a seguir:

Tabela 3 - Pontuação na ERR e Idade.

Pontuação ERR * Idade			
Pontuação ERR			
Idade	Média	N	Erro Desvio
18 a 28.	17,93	14	4,922
29 a 39.	19,71	21	5,693
40 a 50.	21,19	27	9,323
51 a 60.	23,14	7	5,398
acima de 60.	28,00	2	4,243
Total	20,49	71	7,266

Elaboração: Santos (2024).

Outro dado interessante é observado em relação à influência histórica da religião na construção do racismo, assunto bastante explorado no livro criado como produto educacional desta pesquisa, onde é citado que os papas pregavam que os negros não tinham alma (Pinheiro, 2023) e autorizavam por meio de bulas papais o processo de colonização e a escravização dos povos negros (Santos, 2007). Nesta pesquisa, observou-se que, entre as principais religiões do país, os católicos e evangélicos foram os que mais expressaram racismo em suas avaliações a respeito das afirmativas dispostas na escala de racismo, enquanto a única pessoa que se identificou como sendo de religião afro-brasileira pontuou menor média entre todas as religiões. Outro fato curioso é que as 5 pessoas que se identificaram como sendo de outras religiões superaram todas as outras categorias, pontuando a maior média entre as categorias religiosas. Mas, quais seriam essas outras religiões? Ficou esse questionamento que poderá ser explorado em outras pesquisas:

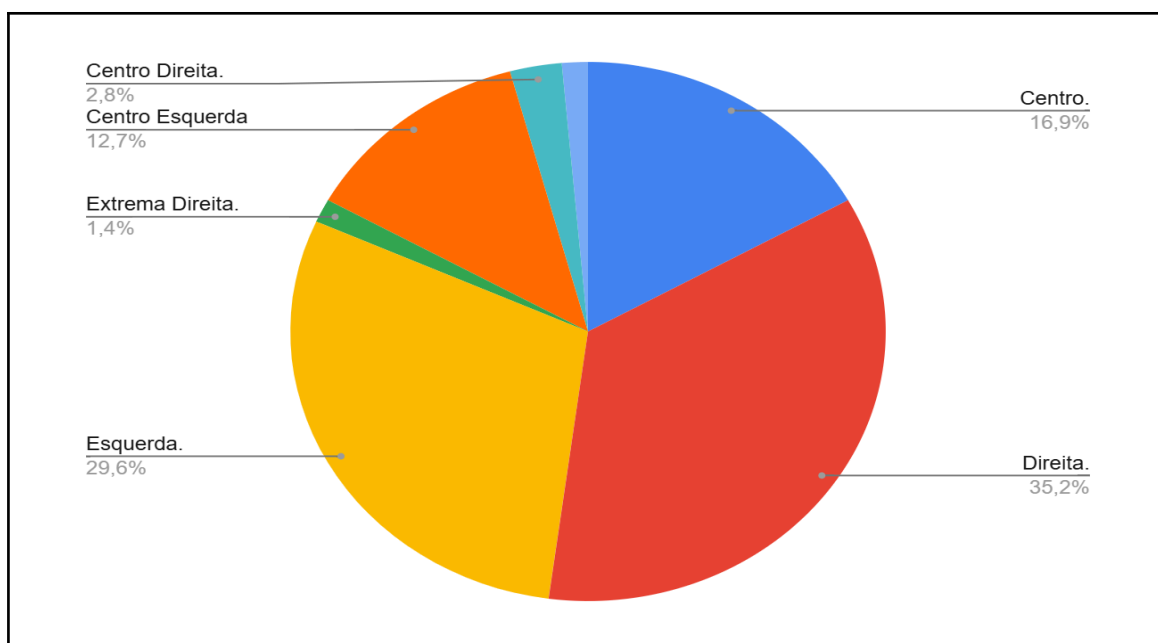
Tabela 4 - Pontuação na ERR e Religião.

Pontuação ERR * Religião			
Pontuação ERR			
Religião	Média	N	Erro Desvio
Ateu.	20,00	1	.
Católico.	21,72	25	6,931
Espírita.	16,33	3	3,055
Evangélico.	22,58	19	8,701
Não tem religião.	15,94	17	3,230
Outras.	25,80	5	8,468
Umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras.	14,00	1	.
Total	20,49	71	7,266

Elaboração: Santos (2024).

Ao avaliarmos o espectro político da amostra, 25 (35,2%) trabalhadores se identificaram como sendo de direita, 21 (29,6%) de esquerda e 12 (16,9%) de centro.

Gráfico 5 - Espectro político da amostra.



Elaboração: Santos (2024).

A tabela a seguir mostra a média de pontuação na ERR, dos trabalhadores de acordo com seu espectro político. Nesta tabela observa-se que as maiores médias de pontuação estão dentro do espectro político de direita, inclusive, como já

citado, a única pessoa que se identificou como sendo de extrema direita também foi a única pessoa da amostra a atingir a média máxima de 50 pontos na ERR:

Tabela 5 - Pontuação na ERR e espectro político.

Pontuação ERR * Espectro Político			
Pontuação ERR			
Espectro Político	Média	N	Erro Desvio
Centro Direita.	28,00	2	4,243
Centro Esquerda	18,11	9	4,540
Centro.	20,67	12	4,397
Direita.	24,00	25	6,702
Esquerda.	15,48	21	3,842
Extrema Direita.	50,00	1	.
Extrema Esquerda.	13,00	1	.
Total	20,49	71	7,266

Elaboração: Santos (2024).

Entre tantas literaturas que correlacionam o espectro político de direita ao racismo, machismo e patriarcado, destaca-se Sousa (2023) em sua tese de doutorado, na qual critica o movimento político brasileiro que absorveu princípios da nova extrema direita da Europa e dos Estados Unidos, o qual manifesta desprezo pelas pautas sociais, inclusive as questões de gênero e raça. Entretanto, a presente pesquisa detectou notas na ERR acima de 10 em todos os espectros políticos brasileiros, evidenciando que todos eles possuem opiniões racistas, apesar de que nos espectros da direita esse fenômeno se mostrou mais intenso.

Felizmente, quando se observa a tabela a seguir, nota-se o quanto a educação é transformadora e emancipatória. Não é à toa que o Ministério da Saúde aposta na educação antirracista, como uma estratégia que deverá ser utilizada para promover o enfrentamento ao racismo e suas interseccionalidades nos ambientes do SUS (Brasil, 2009; Brasil, 2023), pois a Educação Antirracista “emerge como uma necessidade e uma urgência para abarcar situações de racismo presentes na sociedade” (Santos G.Santos O.; Kadri, 2021).

Com a intensificação das discussões sobre as questões raciais nos espaços acadêmicos surgem as transformações sociais. A tabela a seguir, quando analisada em conjunto com aquela que relaciona média na ERR e idade, possibilita reflexões

intensas sobre o poder das discussões acerca das questões raciais nos espaços de educação e na sociedade, ao mostrar uma relação inversamente proporcional entre racismo e escolaridade. Ou seja, quanto maior o nível de escolaridade, menor é a média na ERR:

Tabela 6 - Pontuação na ERR e escolaridade.

Pontuação ERR * Escolaridade			
Pontuação ERR			
Escolaridade	Média	N	Erro Desvio
Ensino Médio e/ou Técnico.	31,00	1	.
Ensino Superior.	22,88	17	6,688
Especialização.	19,77	48	7,538
Mestrado.	17,20	5	2,387
Total	20,49	71	7,266

Elaboração: Santos (2024).

A partir dos resultados discutidos neste capítulo, é possível retomar aos objetivos da pesquisa no sentido de respondê-los afirmando que tanto o questionário socioeconômico como os resultados da ERR mostram que há evidências de racismo dentro das unidades da SESDF e que a Educação Antirracista já preconizada pelo SUS, pode ser uma ferramenta transformadora no sentido de criar consciência racial entre os trabalhadores, fornecendo-lhes conhecimento para identificar situações que podem ser caracterizadas como racismo e assim posicionar-se contra essa prática, promovendo um ambiente institucional justo socialmente e livre de preconceitos e discriminações raciais.

5. PRODUTO EDUCACIONAL

A elaboração de produtos educacionais “é uma obrigatoriedade nos Mestrados Profissionais e, em particular, nos cursos da área de Ensino e Educação, é imperativo que as pesquisas realizadas resultem em um produto educacional” (Gonçalves *et al.*,2019). O Produto Educacional (PE) no Mestrado Profissional, é a materialização da pesquisa feita pelo mestrando, devolvida à realidade de origem do

pesquisador, fruto de suas experiências, problematizações e inquietações do meio educacional ao qual pertence. O desenvolvimento do Produto deve estar vinculado ao processo de desenvolvimento da pesquisa, sendo um resultado do outro (Pinheiro; Aires, 2023). Para Gonçalves *et al.* (2019) o desenvolvimento de produtos educacionais revela vários desafios, dentre eles: a adoção de linguagem apropriada ao público a que se destina; capacidade de replicação por terceiros; internacionalização; disponibilidade para livre acesso e acessibilidade para pessoas com deficiência.

O produto educacional pensado a partir desta pesquisa é um livro digital com o tema: Educação Antirracista para Trabalhadores(as) da Saúde, cuja capa, apresentação e link de acesso estão disponíveis no apêndice A. A base teórica que orienta a organização didática, a estrutura e o contexto para o qual se destina o produto educacional, foi a mesma que compôs o levantamento bibliográfico e o estudo sobre o estado do conhecimento. Também foram utilizados dados coletados na pesquisa e legislação antirracista vigente. Dessa forma, algumas citações encontradas na dissertação, também serão visualizadas no livro. As informações básicas sobre o produto educacional, sua aplicação e avaliação estão sintetizadas nos quadros a seguir.

Quadro 9 - Quadro de Coerência do produto educacional

Identificação do Produto Educacional	Livro digital
Título do livro	Educação Antirracista para Trabalhadores(as) da Saúde.
Número de páginas	65 p.
Público-alvo	Trabalhadores(as) da Saúde, inclusive residentes e estagiários
Justificativa	Este livro se justifica por oferecer uma formação antirracista para os trabalhadores(as) da saúde, contribuindo assim para o desenvolvimento de cidadãos conscientes que possam integrar-se a uma sociedade antirracista na luta contra as desigualdades e injustiças raciais e consequentemente sociais, considerando as interseccionalidades que giram em torno do tema.

Objetivo geral (ligado ao problema): Problematizar práticas racistas e antirracistas com foco na promoção e desenvolvimento de uma cultura da igualdade racial nas instituições de saúde.	
Objetivos específicos (referentes ao produto educacional)	Estratégias que serão desenvolvidas para atender aos objetivos do produto
1. Introduzir a Educação Antirracista aos trabalhadores(as) da saúde, a partir de questões étnico raciais em perspectiva histórica e contemporânea.	Utilizar dados do estudo do estado da arte, da revisão de literatura e da pesquisa para construção do livro.
2. Descrever e expor padrões sociais de manifestação do racismo que fomentam a exclusão, dominação, adoecimento e sofrimento da população negra;	Explicitar as formas de manifestação do racismo nas instituições de saúde e na sociedade.
3. Discutir elementos que possibilitem o desenvolvimento de uma cultura antirracista nas instituições de saúde.	Problematizar práticas racistas presentes na cultura brasileira, bem como propor práticas antirracistas já descritas em literatura e presentes em movimentos sociais, em especial no movimento negro educador.
Local e data da aplicação do produto	UBS 07 de Samambaia em 05/12/2024 (manhã).
Método de aplicação do produto	Leitura flutuante e aula expositiva sobre o conteúdo do livro
Duração da Aula	02 horas
Público Alvo (participantes)	Trabalhadores(as) pré-selecionados
Avaliação do produto	Aplicar questionário de avaliação do livro com o intuito de conhecer suas limitações, potencialidades e contribuições.

Elaboração: Santos (2024).

Após a criação do produto, foi feita a sua aplicação e avaliação, no dia 05 de dezembro de 2024, com 12 trabalhadores(as), servidores da SESDF. Para isso, foi enviada 1 cópia do livro digital, com antecedência, para cada trabalhador(a) e ministrada uma aula expositiva, com duração de 2 horas, sobre o conteúdo do livro, na UBS 07 de Samambaia Sul, para esses(as) 12 trabalhadores(as), que aceitaram, de forma voluntária, participar da fase teste do produto. Na ocasião, a pesquisadora ofereceu um café da manhã para os participantes e a aula ocorreu com um clima bastante agradável como uma confraternização. Entre os (as) 12 trabalhadores(as),

estavam 5 enfermeiros(as) coordenadores(as) de equipes de estratégia de saúde da família, 1 enfermeiro responsável técnico da sala de vacinação, 1 enfermeira responsável por assuntos administrativos da vigilância epidemiológica, 1 enfermeira de acolhimento, a gerente da unidade e um agente comunitário de saúde. Outros profissionais de outras categorias chegaram já no final da aula, por isso não foram contabilizados e não avaliaram o produto, mas foram acolhidos e participaram do momento de confraternização. Durante a exposição da aula, houve bastante interação dos participantes e foi demonstrado maior interesse no conteúdo do capítulo “comunicação antirracista para o trabalho e para a vida”.

Após a aula expositiva sobre o livro, foi aplicado imediatamente o questionário de avaliação do produto educacional, via *Google Forms*, o qual é composto por 10 questões, conforme consta em anexo IV. Entre as 12 pessoas presentes, 10 responderam ao questionário. De acordo com os resultados, 100% dos participantes responderam que o objetivo do livro foi satisfatoriamente explicado no início, que se sentiram satisfeitos(as) depois de completar a leitura do livro digital, que o programa de formação proposto proporcionou-lhes um aprendizado capaz de influenciá-los a adotar práticas antirracistas em seu cotidiano e que a linguagem e os termos usados no livro foram adequados ao público alvo. 90% dos participantes informaram que o conteúdo abordado no livro foi o suficiente para atender às suas expectativas, 10% responderam que não sabiam nada sobre o tema, 60% responderam que já sabiam parte do conteúdo abordado, mas aprenderam coisas novas e 30% responderam que já ouviram falar, mas nunca haviam se aprofundado no assunto. Em relação ao formato do livro, 60% disseram que ficaram muito satisfeitos (as), 30% satisfeitos (as), porém 1 pessoa (10%) disse que ficou muito insatisfeita com o formato do livro. Essa insatisfação, no entanto, já era prevista e pode estar relacionada ao formato acadêmico, no qual o livro foi redigido e configurado. Finalmente, foi perguntado aos participantes quais as possibilidades (de 0 a 10) de recomendarem o livro a um amigo ou colega e as respostas foram as seguintes: 70% responderam que as chances são de 100% (10/10), para 20% as chances são de 8/10 e para 10%, as chances são 9/10, ou seja, todos manifestaram que há chances de recomendarem o livro. No final do questionário, foi feita a seguinte pergunta: Você tem alguma sugestão ou comentário para nos ajudar a melhorar o livro? Porém não foram feitas sugestões de melhoria.

Pode-se perceber, a partir desses resultados, que o produto educacional obteve uma boa recepção e uma avaliação positiva por parte de todos os participantes. No entanto, houve a manifestação de insatisfação por parte de uma participante em relação ao formato do livro, o que é bastante relevante e promove a reflexão sobre a possibilidade de mudanças e novas configurações mais didáticas. Isso nos sugere que o livro pode ser utilizado em sua forma original, mas também pode ser adaptado de diferentes formas em contextos diversos. Uma possibilidade é o desmembramento dos capítulos para formação de volumes menores, como é o caso do capítulo “comunicação antirracista para o trabalho e para a vida” que em configuração de cartilha ou livro com recursos didáticos para além do formato acadêmico, poderá se tornar visualmente mais atrativo e ter um alcance maior, podendo subsidiar debates sobre a comunicação antirracista no SUS, além de fomentar práticas de linguagem antirracistas no trabalho e na sociedade.

Este livro é uma estratégia singular que pode ser aplicada não somente em espaços formais de educação, mas também nos espaços não formais e informais. O público alvo deste livro são os trabalhadores(as) da saúde e nele não se pretende esgotar todos os aspectos desse tema tão complexo e vasto que é o racismo. Seu objetivo é problematizar práticas racistas e antirracistas com foco na promoção e desenvolvimento de uma cultura da igualdade racial nas instituições de saúde, ofertar letramento racial e cooperar para a efetivação das políticas e programas de enfrentamento ao racismo na sociedade e no SUS, por meio da educação antirracista, provocando reflexões sobre as determinações históricas que culminaram com a marginalização intencional e violências impostas à população negra ao longo da história. A meta é contribuir assim para a criação de consciência crítica antirracista, colaborando, dessa forma, para a destruição dos sustentáculos que dão suporte ao sistema de opressão chamado racismo.

O livro poderá ser ofertado em parceria com a SESDF e disponibilizado para todos os trabalhadores(as) que tenham interesse no tema. Isso possibilitará o acesso à formação antirracista de qualidade e a construção de um novo olhar sobre o racismo, sua história, impactos, formas de apresentação e de enfrentamento. O produto também pode contribuir para a formação de profissionais socialmente mais responsáveis e comprometidos com a luta pelo fim das violências raciais e da supremacia branca que contradiz a igualdade racial, a qual tem sido objeto de luta do povo negro há séculos. Diante do exposto, acredita-se que o livro sobre educação

antirracista possa contribuir para a melhoria das relações interpessoais entre profissionais de saúde e entre profissionais de saúde e pacientes, impactando assim, de forma positiva, na melhoria do ambiente corporativo das unidades de saúde e na assistência à saúde da população.

6. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Partindo-se da premissa de que o racismo é estrutural Almeida (2020), se manifesta na sociedade e nas instituições por meio de práticas de preconceito e discriminação racial e marginaliza a população negra, pontua-se, dentre outros prejuízos causados por ele, a dificuldade de acesso ao mundo do trabalho e aos serviços de saúde, sendo, nesse contexto, considerado como um determinante social da saúde da população negra (Brasil, 2009). Esta pesquisa teve como objetivo central investigar como os trabalhadores(as) da SESDF concebem as questões raciais e a partir dos resultados esperados fazer uma proposta de intervenção educativa antirracista tendo como público alvo os trabalhadores(as) da saúde. Nessa perspectiva, partiu-se da hipótese de que seria possível ocorrerem manifestações de preconceitos e discriminações raciais dentro da SESDF como reflexo do racismo estrutural presente na sociedade. Assim, durante o percurso que possibilitou a realização desta pesquisa, foi realizado um estudo bibliográfico e a construção do estudo sobre o estado do conhecimento sobre o tema e após a aprovação do CEP, foi realizada a coleta de dados por meio de um questionário socioeconômico e da Escala de Racismo Revitimizador - ERR.

A partir dos resultados obtidos na pesquisa, notou-se que o racismo assim como se faz presente na sociedade e em outras instituições, faz-se presente também na SESDF e isso pode ser observado a partir dos relatos dos 28,6% dos trabalhadores(as) negros ao informarem que já sofreram racismo nos ambientes da SESDF, além de 73,7% da amostra total do estudo ter informado que já presenciou situações de racismo nesses ambientes. Os resultados da análise feita por meio da ERR também mostram a existência do racismo nessa instituição e possibilita estabelecer uma relação diretamente proporcional entre racismo e idades mais avançadas e racismo e espectros políticos de direita, ao mesmo tempo que possibilita uma relação inversamente proporcional entre racismo e escolaridade.

A pesquisa também retrata a divisão sexual do trabalho, já consolidada na literatura, estando essa divisão bem representada na amostra analisada, nas 3 profissões mais numerosas da SESDF, representadas por médicos (as), enfermeiros (as) e técnicos (as) em Enfermagem (SESDF, 2024), sendo a enfermagem composta em sua maioria por mulheres negras (pretas e pardas) em consonância com dados do Cofen (2017). Enquanto apenas 54,7% dos médicos da SESDF são do sexo feminino, entre os técnicos em enfermagem essa porcentagem sobe para 85,12%, de acordo com o Portal de Transparência da SESDF, acessado em dezembro de 2024, o que evidencia, além da divisão sexual do trabalho, a dificuldade das mulheres das classes menos favorecidas em acessar cargos socialmente mais valorizados, como o cargo de médico. No que diz respeito à ocupação de lugares de destaque pela branquitude bastante discutida na literatura, explicitada por Pinheiro (2023) e enfatizada no livro que resultou desta pesquisa, 71,7 % dos médicos da SESDF são brancos, de acordo com dados oficiais da SESDF (2024).

Os resultados da análise feita por meio da Escala de Racismo Revitimizador também confirmam a hipótese, respondem aos questionamentos iniciais e correspondem aos objetivos da pesquisa. Assim, pode-se afirmar que os resultados possibilitaram o alcance dos objetivos da pesquisa e a confirmação da hipótese, sendo possível responder, inclusive, aos seguintes questionamentos feitos no início da pesquisa: 1) Como os trabalhadores(as) da SESDF concebem as questões raciais? Essa resposta pode ser extraída da análise das 10 afirmações da ERR, à qual mostrou que a maior parcela dos servidores ainda concebem as questões raciais a partir de uma visão racista. Nesse sentido, é importante ressaltar que apenas 1 servidor pontuou nota mínima na escala (10 pontos), a nota mínima dos demais participantes foi 14 pontos, evidenciando que todos os demais concordam com alguma afirmação racista; 2) Os servidores negros da SESDF já sofreram ou sofrem alguma forma de racismo no exercício da profissão? Esse questionamento foi elucidado pelos resultados do questionário socioeconômico e pelos resultados da ERR já citados anteriormente; 3) Uma proposta de educação antirracista para os trabalhadores(as) da saúde pode contribuir para a promoção da igualdade racial na SESDF? Quanto a essa pergunta, cita-se as contradições identificadas na pesquisa e discutidas no capítulo “Análise dos dados (resultados e discussões), as quais além de evidenciar a existência de racismo nessa instituição, o que demanda ações educativas antirracistas, ainda sugere a possibilidade dos negros ainda não saberem

identificar situações que se configuram como racismo, sendo a educação antirracista uma ferramenta indispensável para preenchimento dessas lacunas. Além disso, ao avaliar o produto educacional, 100% dos participantes responderam que o programa de formação proposto no livro proporcionou um aprendizado capaz de influenciar-lhes a adotar práticas antirracistas em seu cotidiano, sinalizando que a nossa proposta de educação antirracista para os trabalhadores(as) pode sim contribuir para a promoção da igualdade racial na SESDF, resultando na adoção de práticas antirracistas por parte dos trabalhadores(as) dessa instituição.

Entretanto, é importante destacar a necessidade de ações como esta que foi realizada na UBS 07 de Samambaia, por ocasião da aplicação do produto educacional, como capazes de influenciar os trabalhadores(as) a adotarem práticas antirracistas e resultar no envolvimento de todos os trabalhadores(as) da saúde com as questões raciais, pois como já foi exposto anteriormente, o fato de ter formação na área de saúde ou de ocupar um cargo de destaque, como o cargo de médico, por exemplo, profissão tradicionalmente valorizada pela sociedade, não isenta o negro de violências raciais. Por ser um problema social com impactos na saúde da população e na vida dos trabalhadores(as) negros, causando grandes prejuízos e sofrimentos a esses grupos, precisa ser enfrentado com urgência e firmeza. Considerando essas dificuldades enfrentadas pela população negra e os desafios raciais encontrados no mundo do trabalho, em especial nas instituições, torna-se urgente e inadiável a necessidade de evidenciar e colocar em discussão, o racismo em todas as suas formas de manifestação, em especial o racismo institucional, pois é no trabalho que as pessoas passam grande parte das suas vidas, sendo assim um espaço ideal para o investimento em ações educativas para formação de seres humanos conscientes, responsáveis e socialmente capazes de conviver em harmonia, sem preconceitos e discriminações. Essas transformações podem melhorar o clima corporativo e contribuir para o bem-estar e qualidade de vida dos trabalhadores(as) da saúde e pacientes.

Ademais, cumpre-nos reconhecer as limitações da pesquisa no que se refere à amostra que foi um tanto homogênea, composta em sua maioria por profissionais enfermeiros. Essa adesão mais expressiva por parte dos enfermeiros pode estar relacionada à empatia e corporativismo, no sentido de apoiar a pesquisadora que também é enfermeira. Sugere-se portanto que outras pesquisas sejam realizadas nessa instituição de modo a abranger uma amostra mais heterogênea e que inclua os

demais profissionais de nível superior e médio, além de fazer novas abordagens que propiciem o aprofundamento sobre como o racismo se apresenta nesta instituição. Nesse sentido, a coleta de dados por meio de entrevistas seria bastante pertinente para dar voz a esses trabalhadores(as) que relatam ter sofrido racismo, possibilitando assim, o conhecimento de como isso tem acontecido a fim de que se possa traçar um plano de erradicação dessas práticas nas unidades da SESDF.

Por fim, entendendo como pressuposto dialético que os conflitos e contradições na sociedade impulsionam mudanças, foram utilizados os conhecimentos do levantamento bibliográfico, do estudo sobre o estado do conhecimento e da pesquisa de campo para subsidiar e orientar a construção do produto educacional, um livro com a temática “Educação Antirracista para trabalhadores(as) da Saúde.” que foi aplicado e avaliado na Unidade Básica de Saúde nº 07 de Samambaia, em dezembro de 2024. O livro, que foi avaliado positivamente pelos trabalhadores(as), aborda as questões raciais relacionando a historicidade, interseccionalidades, movimentos dialéticos, contemporaneidade e interesses econômicos e políticos que marginalizam a população negra ao longo da história, podendo, portanto, contribuir para o desenvolvimento dos trabalhadores(as) da saúde acerca das questões raciais, possibilitando o conhecimento sobre o tema, além de propor ações educativas de combate ao racismo nos ambientes institucionais onde se prestam os cuidados de saúde, visando, dessa forma, contribuir para a desconstrução do racismo e para construção de uma sociedade mais justa, com garantia de acesso a direitos e espaços historicamente negados à população negra.

REFERÊNCIAS

- ALMEIDA, Nara Cristina Fernandes; LEON, Adriana Duarte. As cotas raciais como um mecanismo de visibilidade e valorização social da população negra. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, Rio Grande do Sul, v. 17, p. 1-13, 2022. Disponível em: <https://revistas.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/19365>. Acesso em: 10 out. 2023.
- ALMEIDA, Sílvio Luís de. O que é racismo estrutural? 3. ed. São Paulo: Editora Jandaíra, 2020.
- ÂNGELO, Cristina Aparecida Pimenta dos Santos; ARRUDA, Dyego de Oliveira. As marcas do racismo institucional na trajetória de trabalhadoras negras em uma universidade federal. *Serviço Social & Sociedade*, v. 146, p. 97-117, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ssoc/a/wJkkDFfKzG4qKkBCdpZGZjK/>. Acesso em: 15 jul. 2023.
- ARAÚJO, Jaciara Cristina Pereira de Souza de. Educação antirracista e projeto político pedagógico escolar: um olhar para as escolas públicas de Ensino Fundamental da Cidade Estrutural/DF. 2021. Dissertação (Mestrado em Direitos Humanos e Cidadania) – Programa de Pós-Graduação em Direitos Humanos e Cidadania (PPGDH), Universidade de Brasília, Brasília, 2021. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/41166>. Acesso em: 16 jun. 2023.
- ARRUDA, Maria Auxiliadora de Almeida. Privilégio branco e a (im)possibilidade de implementação de políticas antirracistas: o caso do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. 2020. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal de São Carlos, São Carlos, 2020. Disponível em: <https://repositorio.ufscar.br/handle/ufscar/12688>. Acesso em: 28 out. 2023.
- BORRET, Rita Helena *et al.* Reflexões para uma Prática em Saúde Antirracista. *Rev. Bras. Educ. Med.*, Rio de Janeiro, v. 44 (supl. 1): e148, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbem/a/WXBd8cr76HZw9MhrcYNwMtP/>. Acesso em: 11 jun. 2023.
- BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 230, de 07 de março de 2023. Institui o Programa Nacional de Equidade de Gênero, Raça e Valorização das Trabalhadoras no Sistema Único de Saúde - SUS. Brasília, DF, 2023. Disponível em: https://bvs.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2023/prt0230_08_03_2023.html. Acesso em: 16 jul. 2023.
- BRASIL. Lei nº 12.288, de 20 de julho de 2010. Estatuto da Igualdade Racial.

Brasília, DF: Presidência da República, 2010. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2010/lei/l12288.htm.
Acesso em: 10 out. 2024.

BRASIL. Ministério da Saúde. Portaria nº 992, de 13 de maio de 2009. Institui a Política Nacional de Saúde Integral da População Negra. Brasília, DF, 2009. Disponível em:
https://bvsms.saude.gov.br/bvs/saudelegis/gm/2009/prt0992_13_05_2009.html.
Acesso em: 16 jul. 2023.

BRASIL. Lei nº 11.892, de 29 de dezembro de 2008. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2008. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 10.639, de 09 de janeiro de 2003. Altera a Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional, para incluir no currículo oficial da Rede de Ensino a obrigatoriedade da temática "História e Cultura Afro-Brasileira", e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 2003. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/2003/l10.639.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

BRASIL. Lei nº 8.080, de 19 de setembro de 1990. Dispõe sobre as condições para a promoção, proteção e recuperação da saúde, a organização e o funcionamento dos serviços correspondentes e dá outras providências. Brasília, DF: Presidência da República, 1990. Disponível em:
https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l8080.htm. Acesso em: 10 jun. 2023.

CABRAL, Mariana Pompílio Gomes *et al.* Educação médica, raça e saúde: o que falta para a construção de um projeto pedagógico antirracista? *Revista Brasileira de Educação Médica*, v. 46, p. e133, 2022. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/rbem/a/nFbLbgKQsSnJxgJftLWdkmg/#>. Acesso em: 09 out. 2023.

CARNEIRO, Tatiane da Conceição. Mulheres negras professoras doutoras inseridas nos cursos de pós-graduação em Educação e Relações Raciais: um olhar sobre o racismo institucional. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares) – Instituto de Educação/Instituto Multidisciplinar, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019. Disponível em:
<https://tede.ufrrj.br/jspui/bitstream/jspui/5824/2/2019%20-%20Tatiane%20da%20Conceicao%20Carneiro.pdf>. Acesso em: 10 out. 2023.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Pesquisa por amostra de domicílios: Distrito Federal. Relatório 2021. Brasília, DF: CDDF, 2022. Disponível em:
https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Relatorio_DF-2021-1.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Pesquisa por amostra de domicílios: Lago Sul. Relatório 2021. Brasília, DF: CDDF, 2022. Disponível em:
https://www.ipe.df.gov.br/wp-content/uploads/2022/05/Lago_Sul-2021.pdf. Acesso em: 20 jan. 2024.

COMPANHIA DE DESENVOLVIMENTO DO DISTRITO FEDERAL. Retratos Sociais DF 2018: O perfil sociodemográfico da população negra do Distrito Federal. Brasília, DF: CDDF, 2021. Disponível em:
<https://www.codeplan.df.gov.br/wp-content/uploads/2018/02/Estudo-Retratos-Sociais-DF-2018-O-perfil-sociodemogr%C3%A1fico-da-popula%C3%A7%C3%A3o-negra-do-Distrito-Federal.pdf>. Acesso em: 18 jan. 2024.

CONSELHO FEDERAL DE ENFERMAGEM. Perfil da enfermagem no Brasil: relatório final. Rio de Janeiro, 2017. Disponível em:
<https://biblioteca.cofen.gov.br/wp-content/uploads/2019/05/relatoriofinal.pdf>. Acesso em: 20 fev. 2024.

CONTI, Silvana Brazeiro. Margaridas Africanas Trabalhadoras Negras Do Serviço Público Municipal De Porto Alegre: Fios E Tramas Do Racismo Estrutural. 2022. Dissertação (Mestrado em Política Social e Serviço Social) – Programa de Pós-Graduação em Política Social e Serviço Social, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em:
<http://bdtd.ibict.br/vufind/Author/Home?author=Conti%2C+Silvana+Brazeiro>. Acesso em: 10 jun. 2023.

DEPESTRE, René. Bom dia e adeus à negritude. Paris: Robert Laffont, 1980. 262p. p.82-160 *em* Hipertextos: Traduzido por Heloísa Toller Gomes (UERJ). Disponível em:
<https://www.ufrgs.br/cdrom/depestre/depestre.pdf>.

EURICO, Márcia; GONÇALVES, Renata; FORNAZIER, Tales. Racismo e novo pacto da branquitude em tempos de pandemia: desafios para o Serviço Social. Serviço Social & Sociedade, n. 140, p. 84–100, 2021. Disponível em:
<https://www.scielo.br/j/sssoc/a/5GqfkcSgwKxcvBjnYBzJmHC/#>. Acesso em: 10 out. 2024.

FANON, Frantz. Os condenados da terra. 1. ed. Rio de Janeiro: Editora Zahar, 2022.

FERREIRA, Matheus Asmassallan de Souza. A atuação da Psicologia Escolar na Educação Superior: possibilidades de enfrentamento ao racismo institucional. 2019.

Dissertação (Mestrado em Processos de Desenvolvimento Humano e Saúde) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/UNB_7529d23c20fec35cdf4efc4571682c2. Acesso em: 21 out. 2023.

FLICK, Uwe. Introdução à pesquisa qualitativa. 3. ed. Porto Alegre: Editora Artmed, 2009.

GIL, Antônio Carlos. Como elaborar projetos de pesquisa. 4. ed. São Paulo: Editora Atlas, 2002.

GOMES, Nilma Lino; SILVA, Paulo Vinícius Baptista da; BRITO, José Eustáquio de. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. *Educação & Sociedade*, Campinas, v. 42, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjjchnPBGKhJw/abstract/?lang=pt#>. Acesso em: 09 out. 2023.

GONÇALVES, Carmen Érica Lima de Campos *et al.* (Alguns) desafios para os Produtos Educacionais nos Mestrados Profissionais nas áreas de Ensino e Educação. *Educitec - Revista de Estudos e Pesquisas sobre Ensino Tecnológico*, Manaus, Brasil, v. 5, 2019. Disponível em: <https://sistemascmc.ifam.edu.br/educitec/index.php/educitec/article/view/500>. Acesso em: 10 jul. 2023.

GONÇALVES, Paula Cristina da Silva; HORVATH, Jorge Ernesto; BRETONES, Paulo Sergio. Estado da Arte de pesquisas sobre a Educação em Cosmologia. *Ciência & Educação*, v. 28, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ciedu/a/SPf5ZwJ5Xq794y7yy6ysxrn/#>. Acesso em: 10 jul. 2023.

HOOKS, Bell. Olhares negros: Raça e representação. 1. ed. São Paulo: Editora Elefante, 2019.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Brasil: 500 anos de povoamento. Rio de Janeiro: Centro de Documentação e Disseminação de Informações, IBGE, 2007.

JESUS, Josimar Gonçalves de; HOFFMANN, Rodolfo. De norte a sul, de leste a oeste: mudança na identificação racial no Brasil. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 37, p. e0132, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbepop/a/xD4Hnb6NYHPLWYzyzK5dRLg/#>. Acesso em: 29 fev. 2024.

KILOMBA, Grada. Memórias da plantação: Episódios de racismo cotidiano. 1ª edição. Rio de Janeiro, Editora Cobogó: 2019, 249p.

LEITE, Priscila de Souza Chisté. Contribuições do materialismo histórico-dialético

para as pesquisas em Mestrados Profissionais na área de ensino de humanidades. In: *Investigação Qualitativa em Educação*, vol. 1, 2017. Disponível em: <https://ludomedia.org/publicacoes/livro-de-atas-ciaiq2017-vol-1-educacao>. Acesso em: 10 out. 2024.

LIMA, Kelly Diogo de; LEWIS, Liana; LYRA, Tereza Maciel. “O escuro das cores, na pele afrodescendente, herdeira das dores”: dimensões do racismo no contexto de assistência ao parto. *Physis: Revista de Saúde Coletiva*, v. 31, p. e310119, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/physis/a/JcvRkGQgCyn36VYFkPQfQbK/abstract/?lang=pt>. Acesso em: 15 jul. 2023.

LIMA, Marcus Eugênio Oliveira *et al.* Construção e validação da escala de racismo revitimizador. *Estudos Interdisciplinares em Psicologia*, Londrina, v. 11, p. 111-130, 2020. Disponível em: http://pepsic.bvsalud.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2236-64072020000200008&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 15 jul. 2023.

LIMA, Themis Lobato Cristina. *Planeta África: práticas artísticas para uma educação antirracista*. 2022. Dissertação (Mestrado) - Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2022. Disponível em: <https://repositorio.ufmg.br/handle/1843/49762>. Acesso em: 19 out. 2022.

MATTAR, João; RAMOS, Daniela Karine. *Metodologia da pesquisa em educação: abordagens qualitativas, quantitativas e mistas*. 1. ed. São Paulo, 2021.

MUNANGA, Kabengele. *Negritude: Usos e Sentidos*. 2. ed. São Paulo: Editora Ática, 1988.

MUNANGA, Kabengele. *Rediscutindo a mestiçagem no Brasil: Identidade nacional Versus Identidade Negra*. Petrópolis: Editora Vozes, 1999.

NETO, Antonio Gomes Costa. *A educação das relações étnico-raciais no Brasil e Uruguai: a política institucional de combate ao racismo no sistema de avaliação da educação superior*. 2019. Tese (Doutorado em Ciências Sociais) – Universidade de Brasília, Brasília, 2019. Disponível em: <https://repositorio.unb.br/handle/10482/37790>. Acesso em: 15 out. 2023.

NEVES, Francyslene Pereira. *Experiências do Movimento Negro de Rondonópolis e as Políticas Antirracistas de Educação*. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal de Mato Grosso, Mato Grosso, 2019. Disponível em: https://ri.ufmt.br/bitstream/1/3816/1/DISS_2019_Francyslene%20Pereira%20Neves.pdf. Acesso em: 20 out. 2023.

NOGUEIRA, Claudia Mazzei; PASSOS, Rachel Gouveia. *A divisão socio-social e*

racial do trabalho no cenário de epidemia do COVID-19: considerações a partir de Heleieth Saffioti. Caderno CRH, v. 33, p. e020029, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/crh/article/view/36118>. Acesso em: 29 fev. 2024.

PASSOS, Joana Célia dos; GAUDIO, Eduarda Souza. A atuação do movimento negro e as questões raciais no curso de pedagogia da UFSC. Revista Teias, Rio de Janeiro, v. 21, p. 250-262, jul. 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1982-03052020000500250&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 02 jul. 2023.

PINHEIRO, Bárbara Carine Soares. Como ser um Educador Antirracista. 3. ed. São Paulo: Editora Planeta, 2023.

PINHEIRO, Fabiana Fatima do Prado Sedelak; AIRES, João Paulo. Elaboração de produtos educacionais no mestrado profissional em ensino: exemplificando os tipos de produtos. In: CONTRIBUCIONES A LAS CIENCIAS SOCIALES, v. 16, p. 12151–12168, 2023. Disponível em: <https://ojs.revistacontribuciones.com/ojs/index.php/clcs/article/view/1667>. Acesso em: 09 jul. 2023.

RAMOS, Marise Nogueira. História e política da educação profissional. 1. ed. Curitiba: Instituto Federal do Paraná, 2014. (Coleção Formação Pedagógica; v. 5).

RIBEIRO, Djamila. Pequeno manual antirracista. 1. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2019. 52 p.

SANTOS, Antônio Bispo. Quilombos, Modos e Significados. 1. ed. Teresina: Editora COMEPI, 2007.

SANTOS, Cecília Gusson; SANTOS, James Rios de Oliveira; EL KADRI, Michele Salles. Letramento Racial Crítico na construção da Educação Antirracista nas aulas de língua inglesa da Educação Básica. Entretextos, Londrina, v. 21, p. 153-172, 2021. Disponível em: <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/entretextos/article/view/43104>. Acesso em: 10 jul. 2023.

SANTOS *et al.* O racismo estrutural e seu impacto na saúde do adolescente afrodescendente brasileiro. Physis: Revista de Saúde Coletiva, Rio de Janeiro, v. 34, e34025, 2024. Disponível em: <https://doi.org/10.1590/S0103-7331202434025pt>. Acesso em: 18 dez. 2024.

SCHWARCZ, Lilia Moritz. Usos e abusos da mestiçagem e da raça no Brasil: uma história das teorias raciais em finais do século XIX. Afro-Ásia, n. 18, p. 77-101, 1996. Disponível em: <https://periodicos.ufba.br/index.php/afroasia/article/view/20901>. Acesso em: 23 dez. 2024.

SECRETARIA DE ESTADO DE SAÚDE DO DISTRITO FEDERAL – SESDF. Força de

trabalho SESDF. Info Saúde, Portal de Informações e Transparência da Saúde do DF. Disponível em:

<https://info.saude.df.gov.br/transparencia-e-prestacao-de-contas/forca-de-trabalho/>.

Acesso em: 20 dez. 2024.

SILVA, Anne Patricia Pimentel Nascimento da; SOUZA, Roberta Teixeira de; VASCONCELLOS, Vera Maria Ramos de. O Estado da Arte ou o Estado do Conhecimento. Educação, Porto Alegre, v. 43, e37452, 2020. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1981-25822020000300005&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 10 jul. 2023.

SILVA, Claudete dos Santos da. Sentidos da educação antirracista na perspectiva das Coordenadoras do UNIAFRO/UFRGS. 2019. Dissertação (Mestrado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2019. Disponível em:

https://oasisbr.ibict.br/vufind/Record/URGS_2a49e8c86435f35dacc06e3ba75e4a77.

Acesso em: 10 jun. 2023.

SILVA, Cláudio Nei Nascimento da; ROSA, Daniele dos Santos; FERREIRA, Marcos Ramon Gomes. A metodologia da pesquisa em educação profissional e tecnológica. 1. ed. Brasília, DF: Nova Paideia, 2022.

SILVA, Assis Leão da; SILVA, Clesivaldo da. A Base Nacional Comum Curricular e a Educação Étnico-Racial na promoção de uma educação antirracista. REVISTA ELETRÔNICA PESQUISEDUCA, [S. l.], v. 13, p. 553-570, 2021. Disponível em: <https://periodicos.unisantos.br/pesquiseduca/article/view/1056>. Acesso em: 22 jun. 2023.

SILVA, Marcos Antonio Batista da. Educação antirracista no contexto político e acadêmico: tensões e deslocamentos. Educação e Pesquisa, v. 47, p. e226218, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/nhjpTjF8ftjZCYcBBPNqQmQ/>. Acesso em: 11 jun. 2023.

SILVA *et al.* Do racismo científico ao racismo social: o conceito de “raça” nas relações humanas. Boletim de Conjuntura (BOCA), Boa Vista, v. 14, p. 410-428, 2023. Disponível em: <https://revista.ioles.com.br/boca/index.php/revista/article/view/1230>. Acesso em: 02 jul. 2023.

SILVA, Renata Pimentel da. A influência da cor da pele no tempo de atendimento de pacientes negros em um contexto clínico. 2018. Tese (Doutorado em Psicologia Social) – Programa de Pós-Graduação em Psicologia Social, Universidade Federal da Paraíba, João Pessoa, 2018. Disponível em: https://repositorio.ufpb.br/jspui/handle/123456789/19524?locale=pt_BR. Acesso em: 10 out. 2024.

SOARES, Maria Raimunda Penha; SILVA, Rebeca Ribeiro da. Educação antirracista

nas universidades públicas: novos sujeitos, velhas estruturas e demandas além das cotas. *O Social em Questão*, São Paulo, v. 24, p. 179-200, 2021. Disponível em: <https://www.redalyc.org/journal/5522/552266675007/552266675007.pdf>. Acesso em: 22 jun. 2023.

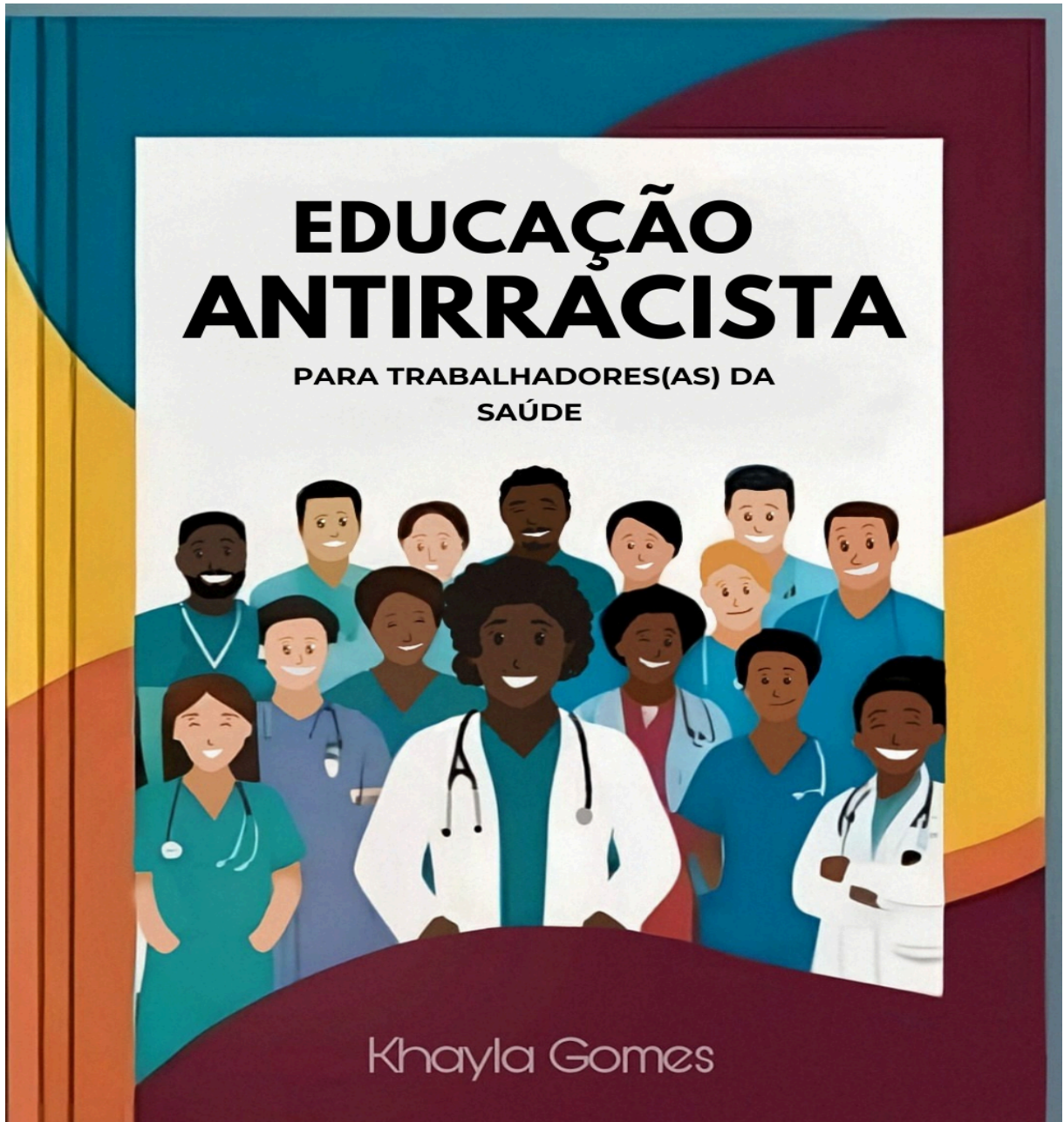
SOUSA, Fausto Ricardo Silva *et al.* Formação docente na perspectiva da educação antirracista como prática social. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 17, e19366, 2022. Disponível em: http://educa.fcc.org.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1809-43092022000100434&lng=pt&nrm=iso. Acesso em: 22 jun. 2023.

SOUSA, Fernando Santos. O trabalho docente e o nó dialético gênero, raça e classe. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2023. Disponível em: http://icts.unb.br/jspui/bitstream/10482/45974/1/2023_FernandoSantosSousa.pdf. Acesso em: 20 nov. 2023.

TEIXEIRA, Ana Carolina Vidal. Curso Promotor@s em Saúde da População Negra: um dispositivo de educação antirracista no enfrentamento ao racismo no âmbito das Políticas Públicas em Porto Alegre. 2022. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2022. Disponível em: https://bdtd.ibict.br/vufind/Record/URGS_0d2917b4044dbe23e023a3521f5ae3c2. Acesso em: 27 out. 2023.

APÊNDICE A – PRODUTO EDUCACIONAL

CAPA DO LIVRO – PRODUTO EDUCACIONAL



APRESENTAÇÃO DO LIVRO

Este livro é um produto educacional gerado como parte integrante dos requisitos para a obtenção do título de Mestre/Mestra em Educação Profissional e Tecnológica do curso de Mestrado em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Brasília. Foi desenvolvido a partir da pesquisa intitulada “Concepções dos(as) trabalhadores(as) da SESDF acerca de questões raciais como base para uma proposta de educação antirracista.” A pesquisa foi realizada pela Enfermeira e mestranda em Educação Profissional e Tecnológica Khayla Gomes dos Santos com a orientação do professor Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues. A escolha do tema surgiu das inquietações remanescentes das observações e vivências da autora na sociedade e no mundo do trabalho, as quais a impulsionaram a pesquisar e escrever sobre a ideologia racista, sua historicidade, interseccionalidades e interesses hegemônicos, bem como sobre estratégias que possam contribuir para o seu enfrentamento e superação e para a promoção da equidade racial tão necessária para a garantia de acesso aos direitos e espaços historicamente negados à população negra. Durante essa busca por conhecimento sobre o tema, houve a identificação da Educação Antirracista como uma estratégia pedagógica singular que pode ser aplicada não somente em espaços formais de educação, mas também nos espaços não formais e informais. O público alvo deste livro são os trabalhadores(as) da saúde e nele não se pretende esgotar todos os aspectos desse tema tão complexo e vasto que é o racismo. Seu objetivo é problematizar práticas racistas e antirracistas com foco na promoção e desenvolvimento de uma cultura da igualdade racial nas instituições de saúde, ofertando dessa forma, letramento racial e cooperação para a efetivação das políticas e programas de enfrentamento ao racismo na sociedade e no SUS, por meio da educação antirracista, provocando reflexões sobre as determinações históricas que culminaram com a marginalização intencional e violências impostas à população negra ao longo da história. Objetiva-se ainda contribuir para a criação de consciência crítica antirracista, superação do racismo e continuidade do processo de descolonização e ressignificação do povo negro (pretos e pardos), colaborando, dessa forma, para a destruição dos sustentáculos que dão suporte ao sistema de opressão chamado racismo.

LINK DE ACESSO AO LIVRO

[Clique aqui para acessar ao produto educacional](#)

ANEXO I - TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Prezado (a):

Meu nome é Khayla e você está sendo respeitosamente convidado(a) a participar como voluntário da minha pesquisa de mestrado do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Brasília, intitulada: **“CONCEPÇÕES DOS(AS) TRABALHADORES(AS) DA SESDF ACERCA DE QUESTÕES RACIAIS COMO BASE PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA”**. O objetivo geral desta pesquisa é investigar como os profissionais de saúde da SESDF concebem as questões raciais, identificando possíveis manifestações contemporâneas de racismo nessa instituição e a partir dos resultados obtidos, propor estratégias para o seu enfrentamento. A pesquisa oferece riscos mínimos, uma vez que não expõe os participantes a intervenções físicas, biológicas ou fisiológicas, porém, pode oferecer os seguintes riscos psicológicos: Desconfortos por ter que disponibilizar tempo para responder ao questionário ou por entrar em contato com o tema, cansaço ou constrangimentos ao responder aos questionários, estresse, medo de não saber responder as perguntas, alterações na autoestima provocadas pela evocação de memórias ou por reforços na conscientização sobre uma condição física ou psicológica e alterações de visão de mundo, de relacionamentos e de comportamentos em função de reflexões sobre o tema.

A coleta de dados será realizada em ambiente virtual por meio do *Google Forms*, com aplicação de um questionário sociodemográfico e da Escala de Racismo Revitimizador, direcionados aos trabalhadores(as) da SESDF. Ao participar desta pesquisa, você estará contribuindo para o desenvolvimento do conhecimento e para a formação dos profissionais de saúde da SESDF acerca das questões raciais, bem como irá contribuir também para a promoção e desenvolvimento de uma cultura da igualdade racial nesses espaços. As informações serão armazenadas de forma segura em serviços de armazenamento em nuvem de uso exclusivo dos pesquisadores, garantindo também a preservação da intimidade dos participantes. Todos os procedimentos seguirão rigorosos critérios éticos de sigilo e confidencialidade, sem qualquer finalidade de exposição ou avaliação dos trabalhadores(as) participantes. Esta pesquisa visa também produzir subsídios para orientar a produção e aplicação de um produto educacional um livro com a temática “Educação Antirracista para Trabalhadores(as) da

Saúde”. A proposta do produto educacional é problematizar práticas antirracistas com foco na promoção e desenvolvimento de uma cultura da igualdade racial na SESDF, a partir da exposição de questões étnico-raciais em perspectiva histórica e contemporânea, expondo padrões sociais de manifestação do racismo que fomentam a exclusão e criam barreiras de acesso para a população negra a fim de impedir o seu progresso e acesso a diversos espaços de desenvolvimento e poder, expondo-a a constrangimentos, injustiças, desvantagens, violências e dominação. Espera-se com isso, contribuir para a promoção da igualdade racial por meio da criação de consciência antirracista nos trabalhadores(as) de saúde, através do fornecimento de informações sobre o racismo, suas formas de apresentação e enfrentamento, incentivando a reavaliação das concepções sobre o tema e fomentando a criação de consciência de que o racismo pode e deve ser enfrentado.

Ao final deste trabalho, pretende-se avaliar e descrever os impactos da aplicação do produto educacional, na busca por explicitar possíveis possibilidades para o alcance de uma formação que desenvolva os trabalhadores(as) da saúde para uma práxis antirracista que contribua para a promoção da igualdade racial nas instituições de saúde. O resultado final deste estudo será apresentado sob a forma de dissertação, além da formulação de um livro, já mencionado. Em caso de dúvidas, os interessados podem entrar em contato com a pesquisadora Khayla Gomes dos Santos (orientada pelo Dr. Rodrigo Soares Guimarães Rodrigues) pelo whatsapp (61) 98890062 ou e-mail: khayla61566@estudante.ifb.edu.br. Após concluir a leitura deste termo, caso decida participar da pesquisa, solicitamos a sua assinatura no quadro a seguir:

Eu,.....

inscrito(a) sob o RG/CPF/n.o....., abaixo assinado, concordo em participar do estudo intitulado **“CONCEPÇÃO DOS TRABALHADORES(AS) DA SESDF ACERCA DE QUESTÕES RACIAIS COMO BASE PARA UMA PROPOSTA DE EDUCAÇÃO ANTIRRACISTA”**. Comunico que possuo mais de 18 anos e ressalto que minha contribuição para esta pesquisa é totalmente voluntária. Declaro que recebi informações adequadas da pesquisadora responsável, Khayla Gomes dos Santos, acerca do estudo, bem como sobre os potenciais riscos e benefícios associados à minha participação. Assim sendo, manifesto minha concordância em participar do projeto de pesquisa mencionado anteriormente.

Brasília – DF, de de

Assinatura do(a) participante

Assinatura do(a) pesquisador(a) responsável

ANEXO II- QUESTIONÁRIO SOCIOECONÔMICO

Instruções

Meu nome é Khayla, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e tecnológica do Instituto Federal de Brasília e estou realizando pesquisa sobre as “Concepções dos(as) trabalhadores(as) da SESDF acerca de questões raciais como base para uma proposta de Educação Antirracista”. Neste contexto adotou-se o entendimento de racismo como um problema estrutural, persistente e adaptativo, que se ajusta no tempo e espaço, perpassando assim por diversos períodos históricos, se apresentando na sociedade e nas instituições por meio de uma imensa variedade de práticas de preconceito e discriminação racial que marginalizam, revitimizam, criam barreiras de acesso e trazem desigualdades e desvantagens à população negra, sujeitando-a ao adoecimento, à exploração, dominação e opressão social (Almeida, 2020; Brasil, 2023; Brasil, 2009; Lima *et al.*, 2020; SILVA, 2021). A esse respeito, Ribeiro (2019), em seu manual antirracista, traz à discussão as desigualdades nas oportunidades para negros e brancos dentro das instituições, criticando o baixo quantitativo de pessoas negras em cargos de destaque. Assim sendo, solicito a sua participação por meio do presente questionário. Você não precisa se identificar e está livre para desistir da participação na pesquisa a qualquer momento. É muito importante o preenchimento de todas as perguntas do questionário. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso à pesquisadora para informações e elucidação de eventuais dúvidas, pelo e-mail: hayla61566@estudante.ifb.edu.br.

1. Informações pessoais:

Idade: () 18 a 28 () 29 a 39 () 40 a 50 () 51 a 60 () acima de 60

Sexo biológico: F () M ()

Dentre as opções a seguir, em qual você se identifica?

- () Branco
- () Amarelo
- () Indígena
- () Preto.
- () Pardo.

Se você marcou as opções preto/pardo responda: Já sofreu racismo em ambientes da SESDF?

() Sim () Não

2. Escolaridade:

- () Ensino Médio e/ou Técnico
- () Superior

- () Especialização
- () Mestrado
- () Doutorado

3. Informações profissionais:

Qual o tipo de vínculo que você mantém atualmente com a SESDF?

- () Servidor concursado
- () Contrato temporário
- () Prestador de serviço terceirizado
- () Residente
- () Estagiário

4. Você se considera uma pessoa racista? Sim () Não ().

5. Conforme dados da CODEPLAN, disponíveis na Pesquisa Distrital por amostra de Domicílios (PDPAD) 2021, 57,36% da população do Distrito Federal se autodeclara como negra (46,25% de pardos, 11,11% de pretos. Considerando esse cenário, na unidade onde você desenvolve suas atividades há coerência entre essa estatística e o número de pessoas negras em cargos de chefia?

6. Já presenciou alguma situação de preconceito ou discriminação racial no exercício da profissão dentro das unidades de saúde da SESDF?

Sim () Não ()

7. Qual a sua renda mensal, aproximadamente? (Marque apenas uma resposta)

- () Nenhuma renda.
- () Até 1 salário mínimo (até R\$1.320,00).
- () De 1 a 3 salários mínimos (de R\$1.320,00 até R\$ 3.960,00).
- () De 3 a 6 salários mínimos (de R\$3.960,00 até R\$7.920,00).
- () De 6 a 9 salários mínimos (de R\$7.920 até R\$ 11.880,00).
- () De 9 a 12 salários mínimos (de R\$ 11.880,00 até R\$ 15.840,00).
- () De 12 a 15 salários mínimos (de R\$ 15.840,00 até R\$ 19.800,00).
- () Mais de 15 salários mínimos (mais de R\$19. 800,00).

8. Qual a religião na qual você se insere ou se identifica?

- () Católico
- () Evangélico

- Não tem religião
- Espírita
- Umbanda, candomblé ou outras religiões afro-brasileiras
- Ateu
- Outra

9. Dentro do espectro político, em qual das posições a seguir você se identifica? Escolha apenas uma opção:

- Direita
- Esquerda
- Centro
- Centro Direita
- Centro Esquerda
- Extrema Direita
- Extrema Esquerda

10. Qual a sua categoria profissional?

- Enfermeiro
- Médico
- Técnico em enfermagem
- Farmacêutico
- Fisioterapeuta
- Psicólogo
- Técnico em Laboratório
- Motorista
- Técnico administrativo

ANEXO III - ESCALA DE RACISMO REVITIMIZADOR

Instruções para responder a ERR

Meu nome é Khayla, sou mestranda do Programa de Pós-graduação em Educação Profissional e Tecnológica do Instituto Federal de Brasília e estou realizando uma pesquisa intitulada “Concepções dos(as) trabalhadores(as) da SESDF acerca de questões raciais como base para uma proposta de Educação Antirracista”. Para tanto, solicito a sua participação por meio do preenchimento dos itens da escala a seguir. Você não precisa se identificar e está livre para desistir da participação na pesquisa a qualquer momento. É muito importante o preenchimento de todos os itens, de acordo com a legenda que se encontra logo abaixo da escala, indicando seu nível de concordância ou discordância com cada item. Em qualquer etapa do estudo, você terá acesso à pesquisadora para informações e elucidações de eventuais dúvidas, pelo e-mail khayla61566@estudante.ifb.edu.br.

ITEM	1	2	3	4	5
1. As pessoas discutem o racismo mais do que deveriam.					
2. No Brasil, com as políticas de ação afirmativa, os negros têm mais privilégios que os brancos.					
3. O que chamam de “privilégio dos brancos” é, na verdade, construído a partir do esforço das pessoas, e não uma vantagem já existente.					
4. Independentemente da cor da pele, todos têm as mesmas oportunidades na vida desde que se esforcem.					
5. O racismo não deveria ser usado como justificativa para não atingir objetivos pessoais.					
6. Em geral, no Brasil, os brancos têm mais direitos do que os negros.					
7. O racismo só existe na cabeça das pessoas que se dizem vítimas dele.					

8. Se os negros tivessem mais força de vontade, conseguiriam ascender socialmente tanto quanto os brancos.					
9. Dizer que no Brasil há desigualdade de oportunidades entre brancos e negros é exagero.					
10. O racismo só se sustenta quando encontra aceitação dos que se dizem discriminados.					

Lima *et al.* 2020

*Legenda:

- 1 - Discordo totalmente;
- 2 - Discordo;
- 3 - Indiferente (ou neutro);
- 4 - Concordo;
- 5 - Concordo totalmente

ANEXO IV - QUESTIONÁRIO DE VALIDAÇÃO DO PRODUTO EDUCACIONAL

1. Qual o seu nível de conhecimento prévio a respeito do tema abordado no livro?

1 - () Não sabia nada.

2 - () Já ouvi falar, mas nunca me aprofundei.

3 - () Já sabia parte do conteúdo abordado. Mas aprendi coisas novas.

4 - () Não aprendi nada novo. Já sou especialista sobre o tema.

2. Qual o seu grau de satisfação com o formato do livro?

() Muito insatisfeito

() Insatisfeito

() Neutro

() Satisfeito

() Muito satisfeito

3. Em uma escala de 1 a 5, qual o nível de dificuldade para o entendimento do conteúdo disposto no livro?

4. Você acha que o conteúdo abordado no livro foi o suficiente para atender às suas expectativas?

() Sim () Não () Prefiro não dizer

5. O objetivo do livro foi satisfatoriamente explicado no início?

() Sim () Não () Prefiro não dizer

6. Você se sentiu satisfeito após completar a leitura do livro?

() Sim () Não () Prefiro não dizer

7. O programa de formação proposto lhe proporcionou um aprendizado capaz de lhe influenciar a adotar práticas antirracistas em seu cotidiano?

() Sim () Não () Prefiro não dizer

8. A linguagem e os termos usados no livro foram adequados ao público alvo?

Foi adequado

Moderadamente adequado

Inadequado

Moderadamente Inadequado

Muito difícil de entender

9. Considerando sua experiência completa com o livro, quais são as possibilidades de recomendá-lo a um amigo ou colega?

10. Você tem alguma sugestão ou comentário para nos ajudar a melhorar o livro?